

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Polícia e Gênero:
percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do
Rio Grande do Sul acerca da mulher policial**

JAQUELINE SIQUEIRA DO SACRAMENTO

Porto Alegre, dezembro de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Polícia e Gênero:
percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil do
Rio Grande do Sul acerca da mulher policial**

Dissertação apresentada à banca examinadora
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia/UFRGS como requisito para obtenção do
título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Doutora Maíra Baumgarten Corrêa

JAQUELINE SIQUEIRA DO SACRAMENTO

Porto Alegre, dezembro de 2007.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Maíra Baumgarten Corrêa, pela consideração de ter aceitado o desafio de orientar minha dissertação, principalmente pela abertura e coragem, demonstrando sempre paciência e compreensão, num constante incentivo e confiança depositada no meu trabalho de dissertação.

A professora Doutora Élide Rubini Liedke, pela disponibilidade mesmo nos períodos mais difíceis, contribuindo com sugestões e críticas sempre pertinentes e enriquecedoras.

A todos os professores, funcionários e alunos do Mestrado em Sociologia da UFRGS, e todos aqueles que direta ou indiretamente, contribuíram para a realização dessa dissertação, dando-me força e incentivo, ainda que sem os subsídios financeiros necessários para o desenvolvimento da pesquisa, acreditaram como eu, na conclusão desse trabalho.

Aos amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização desse trabalho, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

E especialmente à minha família, principalmente minha mãe, que sempre acreditou na conclusão desse trabalho. Pelo estímulo e apoio incondicional desde há primeira hora, pela paciência e pelo grande amor que sempre me ouviram, e a sensatez com que sempre me ajudaram, sem os quais eu não poderia ter iniciado a trajetória que me trouxe até aqui.

SUMÁRIO

Agradecimentos	03
Resumo	05
Abstract	05
Lista de ilustrações.....	06
Introdução.....	07
1 - O trabalho policial	28
1.1 A cultura policial.....	34
1.2 Polícia Civil: a polícia judiciária	46
2 - As policiais civis no Rio Grande do Sul.....	58
3 - A mulher como policial	76
4 - A policial como mulher	98
5 - Considerações Finais.....	115
Referências.....	125
Anexos.....	131

Resumo

A pesquisa constituiu-se na investigação das percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil acerca da mulher policial, analisando os fatores que permeiam as relações de gênero dentro de uma instituição tradicionalmente masculina. Esferas sociais que comprometem os papéis masculinos e femininos como a Polícia Civil oferecem resistência ao ingresso de mulheres, pois são incompatíveis com os papéis socialmente construídos às mulheres. Muitos conflitos de gênero existem dentro da instituição policial, contudo há uma valorização crescente das diferenças e uma abertura de maior espaço para as mulheres. A efetiva participação das mulheres aponta para a possibilidade de surgimento de práticas mais democráticas marcadas pela maior convivência entre os gêneros. O reconhecimento e a valorização das diferenças de gênero dentro da polícia se constituem a partir das habilidades diferenciadas e estabelecem novas formas de ser mulher e de se construir relações de gênero no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Trabalho policial. Mulher policial. Relações de gênero.

Abstract

The research is based on the investigation of perceptions of the chief police of both genders from a police station that protects women, analyzing the fact that allows that relationship between genders inside an institution usually dominated by males. The social's levels that compromise the functions of women and men as the women inclusion, because they are incompatible with the women's social function. There are many problems between genders in the police institution, but still there's as increasing worth ship of odds and a bigger opening for women points to the opportunities of democratic exercises marked by the better relation between genders. The acceptance and respect of the differences between gender in the police are built by the skills and establishing new ways to be women and built relationship of gender in the modern world.

Key words: Civil Police of Rio Grande do Sul. Police Work. Police woman. Gender relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabelas

Tabela 01: Distribuição do efetivo de segurança Pública	30
Tabela 02: Distribuição do efetivo da Polícia Civil por cargo	52
Tabela 03: Distribuição do efetivo da Polícia Civil por cargo e sexo	71
Tabela 04: Distribuição dos delegados da Polícia Civil por classe e sexo	74

Quadros

Quadro 01: Distribuição de delegados segundo a data de nomeação	77
---	----

1- INTRODUÇÃO

Embora tenha havido, no Brasil, muitas conquistas da mulher no mercado de trabalho (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982), importantes desigualdades quanto ao gênero ainda permeiam as relações de trabalho. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), de 2004, realizada pelo IBGE, divulgaram números impressionantes. Nunca na história brasileira a mulher teve tamanha participação no mercado de trabalho (45,5%), mas na grande maioria das vezes esse trabalho é marcado pelo seu caráter temporário, precário e mal-remunerado, chegando os seus salários a um patamar 70% inferior ao dos homens, segundo dados da PNAD 2004.

Mesmo em sociedades altamente desenvolvidas, ainda hoje é desigual o tratamento e as oportunidades oferecidas ao sexo feminino, a exemplo da Islândia, país com o mais alto IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do mundo (PNUD, 2006). Esse país recentemente parou, em uma greve geral de mulheres, as quais se levantaram contra a perpetuação de desigualdades.

O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho vem se fazendo, sobretudo, com a continuação de relações hierárquicas e desiguais. As mulheres, ainda hoje, carregam o peso de sua classificação como inferiores e menos valorizadas no mercado de trabalho, em relação aos homens.

Os avanços obtidos pelas mulheres, a partir da saída de grande parcela da população feminina da esfera privada e de seu ingresso na esfera pública, inauguraram uma série de estudos sobre a condição feminina. A denúncia à problemática enfrentada pela mulher e a luta pela conquista de espaços para a sua plena participação social foram e ainda são fundamentais para a obtenção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (BLAY, 2004). No Brasil, estudos como o de Hirata (2003) e o de Bruschini e Unbrhaum (2002) revelam o lugar ocupado pela mulher no mercado de trabalho e as condições a que está submetida: baixos salários, instabilidade, jornadas de trabalho prolongadas e também a dupla jornada de trabalho. Nesse sentido, embora muitas conquistas tenham sido realizadas pelas mulheres no mercado de trabalho, tais atitudes deixam claro o preconceito ainda existente em relação ao papel social e ao lugar que as mulheres devem ocupar dentro da sociedade.

A entrada e a incorporação crescente das mulheres no mercado de trabalho foram demarcadas pelas formas dominantes da sociedade de pensar sobre trabalho apropriado para mulheres, dentro da lógica da divisão sexual do trabalho. Eram profissões pelas quais as mulheres apareciam como “naturalmente” qualificadas a exercer, pois se adequavam “de algum modo as suas capacidades físicas e aos seus níveis ‘inatos’ de produtividade” (SCOTT, 1995, p.85). A sexualização das profissões reservava às mulheres atividades de baixo prestígio e baixa remuneração, tais como o ensino, o cuidado e a organização (OLIVEIRA, 1999).

Atualmente, as conquistas femininas adentram cada vez mais em espaços socialmente considerados como masculinos. É o exemplo da Polícia Civil, do Rio Grande do Sul, que representa um espaço de atuação originalmente masculino, e que vem se constituindo um espaço de progressiva participação de mulheres. Mesmo assim, pode-se afirmar que a polícia se caracteriza, ainda hoje, como uma área de atividade profissional

predominantemente ocupada por homens, pois se configura social e historicamente como uma profissão masculinizada.

A discussão sobre a Polícia Civil, instituição pública pertencente à administração direta do Estado do Rio Grande do Sul, instituída para a realização das atividades de polícia judiciária e de preservação da ordem pública caracteriza-se por uma atividade de desgaste físico e psicológico, mais do que de risco a vida e a saúde. As preocupações e as pressões sofridas pelos policiais para se obter uma maior produtividade e eficiência do serviço interpelam suas experiências tanto profissionais, como pessoais.

Até meados dos anos 90, pode-se afirmar que, no Brasil, os estudos sobre a presença de mulheres policiais são raros. Entretanto, nota-se um crescente interesse, não apenas da academia, mas também da própria instituição em pesquisar essa temática. É o caso de estudos como o de Sadek (2003) e Hagen (2005), que abordam a Polícia Civil, levando em consideração a temática de gênero, bem como de Cônsul (1999), Nummer (2001), Calazans (2003), Soares (2005), que analisam a temática de gênero em relação à Polícia Militar.

Na década de 90, face à crise do sistema de segurança pública no Brasil, em decorrência da inadequação do modelo policial até então vigente, entra na pauta do debate público e na agenda acadêmica a necessidade de uma reestruturação deste sistema. Nesse período, surgem novas concepções de segurança pública e propostas de reformas do modelo policial vigente, mediante as denúncias de policiais envolvidos em situações de violência, corrupção e racismo.

No que respeita às relações de gênero, sabe-se que há uma cultura policial em que impera a “masculinidade hegemônica”, valorizando atributos associados à virilidade (NUMMER, 2001). Assim, o estereótipo da profissão reflete a associação entre polícia e

masculinidade, não se enquadrando nos atributos supostamente “femininos”. Falar de trabalho policial é falar, portanto, de um trabalho tido como masculino, na medida em que apenas 27,5% de seu efetivo são mulheres (DIVISÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL, 2005).

No entanto a participação feminina na Polícia Civil tem aumentando progressivamente nas duas últimas décadas, ou seja, a partir da metade da década de 80. Hoje, o contingente de mulheres delegadas na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, cargo mais elevado da instituição, é de 20,9% (DIVISÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL, 2005).

A partir dessa nova realidade, Sadek (2003) salienta que o crescimento da presença feminina na função de delegada de polícia suscita a necessidade de uma maior reflexão, de modo a verificar até que ponto essa inserção altera a configuração das relações entre gênero e trabalho policial. Faz-se necessário verificar se a inserção das mulheres na Polícia Civil tem alterado a configuração dos ambientes de trabalho nessa instituição e procurar, também, apreender se e como a reprodução da discriminação por sexo afeta a carreira da mulher policial.

Nesse sentido uma análise sociológica da instituição policial não pode deixar de abordar, os vários aspectos da inserção feminina na corporação. O impacto causado na instituição, até então um campo de primazia masculina, a conversão dessas mulheres aos novos valores e a atuação destas enquanto policiais são elementos fundamentais na compreensão de suas representações acerca da profissão.

Elegeu-se, para a realização do presente estudo, analisar essas questões em relação a delegados e delegadas de polícia, por se tratar do cargo mais alto da categoria. Nesse trabalho buscou-se identificar suas percepções acerca da participação da mulher na Polícia

Civil, um espaço de trabalho socialmente representado, até recentemente, como exclusivamente masculino. A partir da inserção da mulher em uma posição de comando como a de delegada, foram consideradas as especificidades das suas experiências profissionais, comparativamente às dos homens, investigando as determinações específicas que sofrem as mulheres policiais.

Com isso, buscou-se dar maior visibilidade à mulher policial, discutindo o seu papel na instituição e contribuindo para a discussão e a formulação de novos modelos policiais. Buscou-se também esclarecer como se expressam as construções de gênero em um espaço socialmente definidos como masculino tal qual é a Polícia Civil.

Desta forma, o estudo visou contribuir com o recente debate sobre a organização policial, problematizando as questões que envolvem o desenvolvimento da mulher no ofício de policia.

A pesquisa pretendeu contemplar a questão de gênero como determinante da vivência profissional de homens e mulheres da Polícia Civil, ou seja, avaliar a influência do gênero sobre as práticas, as relações de trabalho, as representações e as vivências destes atores. Dentro disso, avaliar as percepções acerca da presença feminina na Policia Civil do Rio Grande do Sul, a partir da inserção na qual alterou a configuração do ambiente de trabalho, ou seja, fazer uma avaliação da experiência de absorção do contingente feminino do ponto de vista interno da instituição.

A teoria de Pierre Bourdieu e as teorias de gênero são utilizadas como referenciais teóricos para o presente estudo, pois considerando-se que o trabalho policial é marcado pela dominação masculina, a temática da dominação parece ser significativa, assim como a possibilidade de identificar situações de discriminação (sexismo), preconceito e reprodução de estereótipos de gênero, frente ao trabalho policial.

Para a análise das mulheres dentro desse espaço social é fundamental recorrer à cultura policial e sua formação histórica, percorrida pelas diferentes correntes de pensamento. Essas ferramentas de análise são fundamentais para entender esse espaço, principalmente por não se ter uma bibliografia vasta sobre o tema. Como apontado anteriormente, os estudos sobre mulheres policiais vêm crescendo, há um pequeno número de pesquisas que contemplam a participação das mulheres na polícia. Para Calazans essa escassez de dados e estudos sobre a mulher na polícia é fruto da ausência de problematização das questões que envolvem a inserção da mulher no ofício de polícia (CALAZANS, 2003). É no âmbito desse debate, dessa problematização, que o presente estudo pretende formular suas contribuições.

A criminalidade, ao lado do desemprego, tem sido um dos grandes problemas brasileiros. A violência e criminalidade fazem parte, atualmente, de um espetáculo midiático e trazem a tona a intranquilidade e insegurança em que vive a população. A emergência de estratégias formuladas pelos governos com o objetivo de combater a criminalidade através de uma polícia mais eficiente, tem demonstrado serem incapazes de solucionar ou amenizar o problema. A cada dia os índices de violência aumentam e o controle da violência se torna ineficaz. O lugar público se tornou e se torna cada vez mais inseguro, há um forte anseio público por mudanças institucionais. Frequentemente se acusa a polícia de ser a responsável pelo aumento da criminalidade e pela falta de uma política adequada em defesa da sociedade.

O atual modelo de controle e de repressão policial tem sido foco de uma intensa discussão. Três tem sido os grandes enfoques: a questão social, o sistema de justiça e a instituição policial. O sistema responsável pela ordem pública está desarticulado e suas instituições agem isoladamente. Há uma visão corporativa e institucional que impede a integração dos organismos.

Não se pretende discorrer sobre a instituição policial, mas mostra-se de suma importância que se busque conhecer essa instituição em suas múltiplas facetas, para então, ao tomar suas características anunciar alternativas e formas de alterar uma estrutura incapaz de defender os direitos constitucionais básicos e zelar pela manutenção da paz em um Estado Democrático de Direito.

A preocupação com as condições de trabalho das mulheres policiais na Polícia Civil tem merecido, ao longo do tempo, muito pouca atenção. No entanto, isso não parece tão incomum, na medida em que mesmo dentro da polícia e do Estado a gestão direciona seus recursos em geral para a aquisição de recursos técnicos, negligenciando o elemento humano. Como consequência tem-se ambientes de trabalho precários, salários injustos e sistemas administrativos ineficientes.

Nesse sentido a presente pesquisa pretende contribuir para aprofundar o modo como a atividade policial civil é afetada, modificada, e o modo como se configura o desempenho da atividade policial mediante a presença crescente de mulheres. E compreender porque as mulheres passaram a se interessar por essa atividade, ou seja, sua motivação, e como vivenciam subjetivamente a realidade do seu cotidiano de trabalho, a partir das percepções dos próprios delegados e delegadas da Polícia Civil.

O interesse em pesquisar e analisar com mais profundidade as condições das mulheres na Polícia Civil, na medida em que se busca caracterizar as condições de seu trabalho, estão associadas a um franco interesse em contribuir para as mudanças nos padrões sociais e as questões de gênero. Visto que esta cada vez mais difícil aceitar o papel de submissão e incapacidade atribuído socialmente às mulheres.

Partindo dessa problemática, a pesquisa pretende apreender as estratégias de afirmação de competências e os diferenciais de cada uma das parcelas masculina e

feminina, entre delegados da Polícia Civil. Objetiva-se adentrar na construção de um conhecimento empírico e analítico sobre as condições e as perspectivas de atuação profissional das mulheres na instituição policial civil, levando em consideração que a Polícia Civil é um espaço social predominantemente masculino.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa contempla o papel da mulher policial na percepção de delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, visto que o debate teórico e analítico em torno da questão da mulher policial e sua relação com a profissão parece ser ainda muito incipiente. O estudo pretendeu fazer uma análise das percepções dos delegados e delegadas sobre a mulher policial, face à sua experiência profissional na Polícia Civil, em uma tentativa de mapear e suscitar questões fundamentais para o debate sociológico acerca de relações de gênero na instituição.

Para tanto, mostra-se fundamental verificar como a presença da mulher policial é vivenciada entre delegados e delegadas de polícia, apreendendo como se articulam as relações profissionais entre homens e mulheres nas delegacias e identificar o modo como se expressa na Polícia Civil, a construção de uma cultura profissional masculina e suas possíveis modificações mediante a presença de mulheres. Nesse sentido, detectar como se dá a divisão sexual do trabalho nas delegacias de polícia e identificar questões ligadas a preconceitos, estereótipos e discriminações com relação às relações de gênero apresenta-se como uma forma de cumprir o objetivo da pesquisa. Acrescentamos, por conseguinte, que o entendimento analítico sobre as relações de gênero na Polícia Civil mostrou-se pertinente apreender e comparar os motivos de suas escolhas profissionais, especialmente quanto à decisão de realizar um concurso para delegado de polícia e investigar as percepções de delegados e delegadas sobre a atividade policial no universo da Polícia Civil.

As percepções de delegados e delegadas de polícia sobre a mulher policial orientam-se por estereótipos de gênero que reproduzem a dominação masculina. Assim, as hipóteses que nortearam esse trabalho foram em primeiro lugar que em um espaço predominantemente masculino, como a Polícia Civil, as delegadas de polícia encontram-se em uma posição desfavorável, quanto às perspectivas profissionais. Mesmo ocupando posições de chefia, são pouco reconhecidas no trabalho policial, quanto à sua capacidade de atuação como policiais civis, especialmente no que diz respeito à tomada de decisão em situações de elevada periculosidade. Entende-se que a relação de gênero, enquanto uma relação de poder, ocupa um papel central nas relações sociais que delimitam a distribuição de tarefas às mulheres dentro da Polícia Civil. Há uma referência às características “naturais” femininas, tidas como benéficas para a Polícia, mas que fogem do ideal policial. Assim, espera-se encontrar delegadas, em sua maioria e independentemente de suas escolhas, alocadas a delegacias cujo contato com a criminalidade violenta é menos freqüente.

Uma segunda hipótese é que novos conceitos e práticas da profissão policial podem estar sendo construídos no contexto posterior à Constituição de 1988, especialmente a partir da década de 90. Nesse caso, poder-se-ia esperar que o incremento do ingresso de mulheres na Polícia Civil esteja propiciando a busca de uma nova identidade profissional, mais equitativa no que respeita às relações de gênero. O ponto de partida da presente análise é que a inserção das mulheres na Polícia Civil é marcada pela dominação masculina, e que, portanto, é necessário investigar as concepções que lhe servem de fundamento. Paralelamente, busca-se investigar se e em que medida a presença de delegadas na Polícia Civil tem implicado em mudanças políticas, culturais e comportamentais no exercício das funções policiais.

Para realizar a investigação se elegeu a pesquisa qualitativa, visto que esta é necessária para o aprofundamento da análise, na medida em que ela permite a superação

das respostas superficiais e estereotipadas. Assim, em virtude da natureza do problema em estudo e das questões e objetivos que orientam a investigação, técnicas de caráter predominantemente qualitativo mostram-se adequadas para apreender os fenômenos segundo a perspectiva dos agentes sociais, e a partir disso, interpretar esses fenômenos.

A produção do conhecimento nas Ciências Sociais requer um esforço contínuo na tentativa de controle das pré-noções do pesquisador, que se encontram enraizadas nas formas de perceber o mundo e que foram forjadas ao longo da sua experiência como ator social. Para tanto Bourdieu (1999) fala da necessidade de operar dentro de uma constante vigilância epistemológica devido à proximidade do discurso científico e do senso comum. No caso dos fenômenos que visualizam as relações de gênero, tal cuidado se faz ainda mais necessário já que somos seres dotados de gênero e é através dessas relações que apreendemos a realidade.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador se preocupa com o significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida a partir de um contato direto e interativo deste com o objeto de estudo, visando uma maior profundidade na investigação científica. Partindo do ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental, a pesquisa qualitativa é uma ferramenta essencial para o estudo de certas questões que visam analisar as percepções e valores dos atores sociais.

Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa apresenta algumas características básicas, tais como: 1) considera o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento fundamental; 2) é descritiva; 3) a preocupação essencial do investigador está centrada no significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida; 4) os pesquisadores utilizam o enfoque indutivo na análise de seus dados. Em linhas gerais, este método objetiva, essencialmente, investigar a vivência, as representações e percepções dos

indivíduos, apresentadas pela realidade do agente social em suas dimensões físicas e cognitivas.

Concomitantemente, o método comparativo, seguindo a perspectiva relacional de Joan Scott, é agregado, pois como afirma a autora não se pode “compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p. 72). Nesse sentido, mulheres e homens devem ser comparados elucidando suas vivências profissionais e pessoais. Essa vivência, expressa pela fala, faz com que homens e mulheres reflitam sobre a sua própria situação.

A pesquisa qualitativa, para ser representativa, segundo Minayo (1998), não necessita se ater aos aspectos de ordem numérica, mas sim, deve abranger a totalidade do problema sob os seus mais variados aspectos, elegendo indivíduos cuja relevância em relação ao problema seja identificada. Nesse sentido, reforça a autora:

[...] ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1998, p.21).

A finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações (BAUER; GASKELL, 2004). Assim, tratando-se de um grupo relativamente homogêneo, buscou-se apreender padrões sócio-culturais, as trajetórias dentro da instituição, os conflitos entre identidades de gênero, as visões sobre a polícia e, sobretudo as estratégias de dominação e resistência feminina em um espaço predominantemente masculino.

A unidade social que se buscou analisar neste estudo, de forma aprofundada foi constituída por um grupo de delegados e delegadas da Polícia Civil, que atuam na cidade de Porto Alegre e Região Metropolitana no período de 2006 e 2007. A Polícia Civil do Rio Grande do Sul contava na época, com um efetivo de trezentos e setenta e sete delegados e delegadas, distribuídos nas delegacias de todo o Estado (incluindo delegados (as) em setores de direção e chefia).

Uma primeira aproximação empírica com o objeto de estudo confirmou a dificuldade de acesso a dados secundários sobre policiais civis. Por esse motivo, o acesso aos entrevistados foi buscado por contatos pessoais e a seleção dos entrevistados feita primeiramente através destes. Cumpre esclarecer que a instituição solicitou um pedido formal de acesso aos dados de distribuição de delegados por delegacia no Estado do Rio Grande do Sul. Este pedido foi encaminhado, de modo a propiciar uma melhor avaliação da seleção dos entrevistados para a realização das entrevistas.

Na impossibilidade de trabalhar com toda a população, em razão do tempo limitado, do custo e da elevada quantidade de elementos, optou-se por abarcar as delegacias dos municípios de Porto Alegre, e outros da Região Metropolitana (Canoas, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Esteio). A escolha se deu pela exposição dessas cidades à criminalidade violenta e também pela facilidade de acesso da pesquisadora, considerando-se a inexistência de recursos financeiros para a realização de um estudo de maior abrangência.

A escolha da amostra teve como fator determinante recrutar delegados e delegadas de polícia. Em razão do número de indivíduos que compõem a população e ao tempo previsto para a coleta de dados, procurou-se selecionar uma parte representativa deste universo. A unidade de amostragem foi constituída por vinte delegados e delegadas, sendo

sete delegadas e treze delegados que atuam em Porto Alegre e Região Metropolitana, e que pertencem ao efetivo da Polícia Civil. Foram entrevistados os delegados correspondentes às delegacias dos municípios de Alvorada (3), Canoas (4), Cachoeirinha (1), Gravataí (1), Esteio (1). Em Porto Alegre foi feita uma seleção de dez das vinte e nove delegacias existentes.

Não sendo selecionados de forma aleatória, os entrevistados não constituíram uma amostra estatisticamente representativa do universo dos delegados de polícia. Entretanto, tratando-se de um conjunto variado de delegacias, esperou-se ser possível identificar as principais formas de representação acerca da atividade profissional da mulher policial, considerando-se as experiências que vivenciam homens e mulheres policiais (delegados e delegadas de polícia) no cotidiano do trabalho. Os participantes também foram escolhidos em razão do interesse demonstrado em participar da pesquisa.

A definição pela composição do grupo com um número de vinte participantes levou em conta a possibilidade de que ela tivesse um tamanho médio, isto é, que fosse pequeno o suficiente, de forma a permitir que todos tivessem a oportunidade de partilhar suas percepções e, ao mesmo tempo, grande o suficiente para fornecer a diversidade de percepções.

Foi efetuada uma breve caracterização de cada sujeito entrevistado, objetivando a melhor compreensão de suas falas. Os nomes dos entrevistados foram omitidos, tendo em vista resguardar o caráter sigiloso da pesquisa.

Para realizar a pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias foram buscadas junto ao Departamento de Administração Policial (DAP) com vistas a uma contextualização aprofundada da inserção da mulher na Polícia Civil, em especial as delegadas de polícia. Para isso, buscou-se fazer uma análise histórica recente da

instituição, referente a seus critérios de seleção a partir do período que se inicia após a Constituição de 1988.

Foi utilizado material bibliográfico compreendendo obras especializadas relativas aos diversos aspectos abordados neste estudo e em artigos de revistas e publicações especializadas, referentes à polícia, polícia civil, estudos de gênero e a sociologia do trabalho e das profissões, dada à necessidade de se dispor de um embasamento teórico sobre esses assuntos. Nesta pesquisa baseou-se, sobretudo, em estudos sobre a condição da mulher em espaços historicamente masculinos e a cultura policial, de forma a obter a base teórica necessária para nortear a pesquisa de campo.

A pesquisa documental visou a obtenção de dados referentes à Polícia Civil aos seus regulamentos, editais de concursos, estatuto da instituição, planos de carreira, normas internas, boletins e estatísticas obtidas especialmente na Secretaria de Justiça e segurança e dados do Departamento de Administração Policial.

As fontes primárias foram coletadas a partir das técnicas de pesquisa qualitativa, que consistiu em depoimentos obtidos em entrevistas individuais semi-estruturadas, técnica que possibilita o estabelecimento de uma relação dialógica entre o pesquisador e informante, proporcionando a participação de ambos na produção da entrevista e, portanto, da geração de conhecimento (TRIVIÑOS, 1987).

O trabalho foi desenvolvido em seis meses, realizados em dias distintos, entre o período de dez de julho de dois mil e seis à vinte de janeiro de dois mil e sete, com duração de uma hora e meia, cada uma, aproximadamente. Para a condução das entrevistas foi elaborado um roteiro pré-estabelecido em questões semi-estruturadas em conjunto com estudos paralelos (contexto social e história da instituição), visando a uma análise

qualitativa dos dados. Por conseguinte a análise centra-se no discurso do ator, e utiliza, conseqüentemente, um número reduzido de agentes sociais.

O roteiro de entrevistas (em anexo) foi organizado de modo a viabilizar a coleta dos dados, de forma que pudesse responder aos objetivos da pesquisa. Salienta-se que, embora o roteiro seja único para delegados e delegadas, há especificidades nas perguntas de acordo com os aspectos peculiares ao gênero.

As entrevistas foram realizadas em sua totalidade nas delegacias de polícia, Academia de Polícia e no Palácio de Polícia, ou seja, em seus próprios locais de trabalho e em horário de expediente, na qual o delegado (a) em questão estava vinculado (a). Verificaram-se poucas interferências externas, como interrupções por atendimento a outros policiais ou telefone. As dificuldades encontradas com as entrevistas resumiram-se na dificuldade de agendá-las até mesmo pelo motivo de vários dos delegados de polícia responderem por mais de uma delegacia e por compromissos destes.

Ficou pré-estabelecido que não haveria identificação do entrevistado, mas isso não foi problema para a maior parte dos entrevistados. O clima era em sua maioria favorável e descontraído, procurando deixar os entrevistados tranquilos e dispostos a expressar seus verdadeiros sentimentos a respeito da instituição. Os objetivos da pesquisa sempre eram informados e esclarecidos antes do início de cada entrevista, com o cuidado de não se emitir juízos que pudessem influenciar o pensamento do entrevistado.

As entrevistas foram registradas magneticamente, com o consentimento dos entrevistados, e durante estas o pesquisador auxiliar também fez anotações que auxiliaram na análise dos dados. Com a utilização desse tipo de instrumento de coleta de dados objetivou-se, basicamente, descrever as percepções dos delegados e delegadas da polícia civil acerca da mulher policial. Posteriormente foram transcritas pelo pesquisador e na

integra com o objetivo de assegurar o sigilo, anonimato e fidelidade das entrevistas, visando conhecer os diferentes posicionamentos individuais dos entrevistados quanto à problemática investigada.

O roteiro, elaborado para a condução das entrevistas procurou abranger os seguintes tópicos:

- Caracterização do entrevistado: mapeando sexo, idade, estado civil, ano de ingresso e classe (nível da carreira);
- Escolha da Profissão: motivações e expectativas;
- A inserção do entrevistado na Polícia Civil: treinamento e rotina de trabalho;
- Percepção de Gênero;
- Projeto Profissional.

Com isso, as duas fontes da investigação empírica, pesquisa documental e entrevistas, possibilitaram em um primeiro momento o conhecimento do trabalho policial e das formas de recrutamento, com o objetivo de conhecer o trabalho policial, no que respeita às relações de gênero, em suas condições objetivas e perspectivas subjetivas.

Ainda quanto à análise de entrevistas, foi utilizada a Análise de Conteúdo, visto que esta possui características que permite dar conta da especificidade do objeto estudado, na medida em que a partir do discurso apreendido nas falas dos entrevistados possibilita, captar o sentidos simbólicos de uma mensagem e entender os seus múltiplos significados. O recurso à Análise de Conteúdo é recorrente na pesquisa qualitativa, mostrando-se eficaz

no cumprimento dos objetivos da pesquisa e se constitui num constante vai-e-vem “entre teoria e técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise” (BARDIN, 1979, p. 80).

Para Bardin (1979, p. 38) a análise de conteúdo pode ser definida “[...] como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Nesse sentido, ela se constitui como numa ferramenta muito eficaz para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”.

Vários são os caminhos que podem ser percorridos com a finalidade de realização de uma Análise de Conteúdo. Os procedimentos variam, conforme o objetivo, em geral, são iniciados com uma leitura do material, passando em seguida por um recorte em suas partes, para serem categorizadas e classificadas para uma decodificação do significado das partes relacionadas com o todo. A metodologia de Análise de Conteúdo aplicada no presente estudo é a apresentada por Moraes (1999) seguindo-se as cinco etapas do método, descritas a seguir:

- 1) Preparação das informações: com as entrevistas gravadas, estas são transcritas na íntegra com o objetivo de identificar e selecionar elementos pertinentes e representativos para o estudo.
- 2) Transformação do conteúdo em unidades: feita a leitura cuidadosa dos materiais separa-se por parágrafos elaborando a unidade de análise por meio de um resumo de cada parágrafo, fazendo a compreensão e a interpretação, mantendo o significado original das palavras do entrevistado.

- 3) Categorização ou classificação das unidades em categorias: agrupamento das unidades de análise, desmembrando as entrevistas, facilitando assim a análise da informação.
- 4) Descrição: expressão dos significados captados e intuídos no material analisado, resultando nas categorias iniciais.
- 5) Interpretação: com base das informações das categorias iniciais, elaboram-se as categorias intermediárias e categorias finais, para uma compreensão e interpretação mais aprofundada do conteúdo em estudo.

A partir dessas etapas é possível explicar o problema, de acordo com os objetivos da pesquisa e, a partir disso, reunir os dados previstos pelo projeto. A Análise de Conteúdo constitui um método capaz de promover uma organização dos dados através dessas etapas. Os procedimentos para a Análise de Conteúdo emergem de uma situação contextual, ou de algum texto ou mensagem, e buscam o conhecimento daquilo que está por trás das palavras. Frente à sistemática e organização do material descrito, para a categorização das unidades de codificação do conteúdo, necessitam ser exaustivos quanto ao significado, devendo considerar homogeneidades e discrepâncias.

Nesse sentido, Minayo (1998, p.74), destaca que uma das funções na aplicação da técnica de análise de conteúdo é “[...] à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”. A Análise de conteúdo tem como objetivo tornar evidentes e significativamente plausíveis os elementos ocultos da fala dos atores sociais, além de organizar e descobrir o significado original dos seus elementos manifestos. O interesse, porém, vai além da descrição, pois se interessa por

encontrar regularidades ou rupturas em sua expressão, com isso torna-se meio para acessar as realidades subjetivas das representações simbólicas.

Para Olabuenaga e Ispizúa (1989), a análise de conteúdo é uma técnica que permite ler e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos que, após analisados adequadamente, possibilitam o acesso ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis.

A Análise de Conteúdo é um método que trabalha indispensavelmente com os procedimentos de classificação, codificação e categorização dos conceitos, e cuja intenção segundo Bardin (1979), é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou de recepção na comunicação. Assim, os dados que compõem o material de análise precisam ser construídos através de categorias que os possam representar, agrupam-se pelas aproximações de conteúdos, em quantidades que permitam uma construção lógica, caracterizando a maior ou menor força da manifestação para a construção das práticas coletivas. A Análise de Conteúdo surgiu, portanto, em função de buscar o conhecimento, a explicação ou conceituação de conteúdos ocultos.

Na análise das entrevistas, além do recurso à associação das idéias acerca da mulher policial, também se buscou ressaltar as diferentes experiências no cotidiano do trabalho policial. As entrevistas, ao serem analisadas, permitiram ver de que maneira cada delegado ou delegada constitui seu discurso sobre o papel da mulher policial, podendo-se assim apreender os diferentes modos de representar a mulher como policial.

Esta pesquisa constituiu-se na investigação da percepção de delegados e delegadas da polícia civil acerca da mulher policial, analisando os fatores que permeiam as relações de gênero dentro de uma instituição tradicionalmente masculina. O estudo está estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, são abordados aspectos da constituição histórica da polícia, suas formação, funções e atribuições, delegando a Policial Civil, foco do presente estudo, suas principais características, perpassando as formas de adesão ao grupo: seleção (concursos), treinamento (Academia de Polícia), em conjunto com sua cultura, na qual produz uma identidade policial calcada em um ethos masculino, que valoriza a masculinidade e virilidade.

No segundo capítulo apresenta-se a história de exclusão e inclusão das mulheres na Polícia Civil do Rio Grande do Sul. A inserção das mulheres no espaço policial desencadeia uma série de questões, embora ainda seja uma atividade predominantemente masculina, a progressiva incorporação das mulheres denota uma mudança nos padrões sociais, visto que colocam em xeque as formas tradicionais do trabalho policial. Os estudos de gênero em conjunto com os estudos de Pierre Bourdieu são apresentados nesse capítulo e mostram-se imprescindíveis para a interpretação dos dados da investigação, pois permitem apreender as relações de dominação entre homens e mulheres.

Com base nas informações coletadas foram construídas duas categorias iniciais que cobrem um campo bastante abrangente e detalhado do material coletado tendo a preocupação em preservar a idéia original do entrevistado: a policial como mulher e a mulher como policial.

O capítulo três trata da policial como mulher apresentando suas dificuldades de reconhecimento, preconceitos e discriminação. A luta diária para provar que são capazes e igualmente eficientes no trabalho policial, tal qual, os homens já estabelecidos na profissão.

O capítulo quatro trata da mulher como policial na qual esta assume uma identidade profissional e se reconhece como tal. Seja a partir da valorização das diferenças, nas

habilidades diferenciadas que trazem a tona novas formas de se conduzir a lógica institucional ou no reconhecimento da situação precária do seu ofício.

O último capítulo contém as considerações finais do trabalho acerca dos resultados alcançados através da análise dos dados. Nesse sentido, é realizada uma problematização sobre como as mulheres que se aventuraram em um mundo masculino, e, ao mesmo tempo, propõem a cada dia novas formas de se estabelecer numa profissão em que foram tradicionalmente excluídas, estabelecem uma abertura a novas formas de ser mulher e de construir relações de gênero no mundo contemporâneo.

1 - O trabalho policial

As origens da polícia, para Foucault (1994), estão vinculadas à emergência do Estado nação a partir do século XVIII. Nesse mesmo sentido, David Bayley (2001), afirma que a polícia se institui como instrumento e parte do Estado, surgindo tanto para o bem-estar do homem, como para a manutenção da ordem vigente.

A polícia é uma instituição estatal voltada para a manutenção da ordem pública e garantia das leis. Para tanto, é autorizada pelo Estado a usar a força, física real ou por ameaça, e é isso que a distingue: é uma instituição voltada para o controle social, e imposta pelo Estado Moderno.

A noção de Estado pode ser compreendida tanto do ponto de vista das instituições que o formam, quanto em relação às funções que estas instituições desempenham. Ao definir Estado, Weber (2004) declara como fundamento a força física, exigida como um instrumento específico de exercício de poder. Ao Estado é atribuído o monopólio do uso legítimo da violência física, isto é, o Estado emerge como a única fonte autorizada para a utilização da força.

Nesse sentido Ham e Hill, afirmam que:

Os órgãos que compõem o Estado executam diversas funções. O principal papel da polícia e das forças armadas é a manutenção da lei, da ordem e da paz. Estas funções são claramente fundamentais para a persistência de relações estáveis

dentro de uma sociedade e estiveram entre as responsabilidades mais primárias assumidas pelo Estado (HAM; HILL, 1995, p.25)

Os estudos desenvolvidos até hoje não apresentam uma definição específica da polícia e de seu trabalho. Jean-Claude Monet aponta a tendência de se utilizar uma definição funcional baseada no modelo do código Brumário do ano IV: "a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança individual" (MONET, 2001). Monet amplia o conceito na medida em que coloca a polícia como mantenedora da ordem e da proteção das pessoas e dos bens, contra atos ilegais.

A história e a formação da polícia como corporação secular, fortaleceu-se em momentos históricos. A polícia legitimou o poder via controle social como forma de dominação. Sob esse aspecto a polícia faz parte das obrigações do Estado, no que diz respeito a proporcionar segurança à sociedade.

Dessa forma, a polícia tem sido definida como uma instituição permanente, mas não se pode naturalizá-la. A manutenção do controle social é fundamentalmente uma questão política. O trabalho policial é estritamente vinculado à estrutura política.

O sistema policial brasileiro teve suas origens em Portugal, a instituição policial civil foi importada pela família Real e sofreu diversas modificações ao longo da história do país. Atualmente a Constituição assegura que a segurança pública é um dever do Estado e direito de todos.

O "Capítulo III – Da Segurança Pública", dispõe:

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a prevenção e ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I- polícia federal;
- II- polícia rodoviária federal;
- III- polícia ferroviária federal;
- IV- polícias civis;
- V- polícias militares e corpos de bombeiros e militares.

(BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Esses cinco órgãos são constitucionalmente os responsáveis pela manutenção da ordem pública. A segurança pública brasileira conta hoje com:

Tabela 01 – Distribuição do efetivo da Segurança Pública – Brasil, 2005

Polícia Federal	7.054
Polícia Rodoviária Federal	8.095
Polícia Civil e Polícia Técnica	102.554
Polícia Militar	361.034
Bombeiros	56.507
Total	535.244

Fonte: Ministério da Justiça – SENASP.

Atualmente podemos observar certa inadequação na situação atual da polícia brasileira, que mesmo sob um regime democrático ainda preserva, dentro da estrutura

policial, resquícios de uma polícia repressora, característica de governos autoritários. Resquícios estes que podem ser observados desde sua organização, treinamento e atuação.

As tensões com o uso da violência ilegítima (violência policial) permanecem nas práticas autoritárias, estão enraizadas na sociedade e na instituição (PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 1997). As práticas de excesso de poder e exercício da violência ilegítima, para Tavares dos Santos (1997) são justificados como requisitos de sua eficácia.

A mudança do regime político não reformulou de maneira efetiva as atribuições e os limites da prática policial. A polícia brasileira sofre uma crise institucional, na qual o desgaste é direcionado para um aumento crescente de corrupção e da violência policial, fruto da inadequação de suas práticas.

Nas duas últimas décadas com a expressividade dos fenômenos de violência e criminalidade no Brasil houve um crescimento do interesse pelo tema policial. A emergência da Sociologia da Conflitualidade, a partir dos anos 60, permitiu que o controle social exercido pelo Estado, passasse a integrar o foco das pesquisas sociológicas. Esses estudos estão aumentando gradualmente em decorrência da situação atual.

Como afirma Costa:

A discussão sobre a qualidade e adequabilidade das instituições policiais tem aumentado consideravelmente. Dois temas têm recebido bastante destaque na presente discussão: a necessidade de polícias mais efetivas de segurança pública, que permitam uma redução nos índices de criminalidade, e a necessidade de reformas nas instituições policiais, que permitam uma maior produção ao contexto sociopolítico dos regimes democráticos. (COSTA, 2002, p. 26).

Adorno (1993) classifica em três focos de análise os estudos brasileiros acerca da violência e da criminalidade: a percepção do perfil social dos autores dos crimes, o modo em que se organiza a delinqüência e a lógica de funcionamento das agências de repressão e controle.

Em meados da década de 80 os estudos sobre polícia analisam seu papel disciplinador no início do século XX. Estudos como o de Bretas (1985) e Mauch (1992), apontam à polícia como uma espécie de agente “higienizador” do espaço público, controlando e vigiando as categorias sociais marginalizadas pela sociedade na época, tais como mendigos, prostitutas, entre outros.

Os próprios policiais a partir da Constituição Federal de 1988, com a consolidação da democracia e da luta pelos direitos humanos, perceberam a necessidade de mudanças em busca do aprimoramento da instituição e da de uma maior participação interna dos agentes policiais.

Nos últimos anos, os estudos acerca da instituição policial no país, passaram a enfatizar principalmente o paradoxo, do atual sistema político com o modelo de polícia instaurado. O emprego da violência ilegítima, o uso indiscriminado da força, procedimentos inadequados e a atuação em conjunto com as demais instâncias do controle social, tornam-se o foco privilegiado do debate institucional e acadêmico nas questões de segurança pública.

Nesse sentido, a discussão acerca do papel do Estado na sociedade moderna, no objetivo de prevenir e reprimir a criminalidade aponta a necessidade de uma maior racionalização e eficácia da polícia. A importância das policias em redefinir o seu sentido e atualizar as suas relações de trabalho, desenvolvendo ações fundamentalmente voltadas

ao respeito da constituição e das leis, mostra-se de suma importância para a consolidação de um Estado Democrático de Direito.

Frente à crise de eficiência que se instaura dentro da organização policial, David Bayley (2001) aponta o surgimento de novos modelos de sistema policial como característica de mudanças estruturais, políticas, sociais e econômicas. A questão da eficácia do controle da violência permite abordar a problemática de novas concepções de polícia, visando uma reestruturação das agências de controle social.

Nesse mesmo sentido alguns autores demonstram que não apenas a polícia requer um novo olhar, mas todo o sistema de justiça. Uma reestruturação completa das organizações que trabalham o controle social como um todo é proposta, tendo em vista que a eficiência da polícia está muito associada à eficiência e integração existentes entre a polícia e o sistema de justiça. (PINHEIRO, 1997).

No entanto, tentativas de reestruturação deparam-se com inúmeros obstáculos. A cultura conservadora existente dentro da instituição policial é um dos pontos mais emblemáticos para o governo e demais setores interessados em mudar uma concepção histórica de polícia.

O ideal manifestado pelas corporações e o princípio constitucional de que a segurança pública é direito de todos, incorre num imenso paradoxo. Viabilizar uma participação mais democrática da comunidade e também de todos os trabalhadores policiais rompe com a lógica de funcionamento interno das polícias (BAYLEY; SKOLNICK, 2001).

Nesse sentido Bretas (1997), identifica o papel da polícia enquanto um aparelho voltado para o controle social subordinado a estratégias de controle próprio. As

organizações policiais possuem características de comportamento e de cultura específicas, as quais permitem imprimir nos agentes sociais visões de mundo bem semelhantes.

A instituição da segurança é funcionalmente destinada a promover a cidadania. Entretanto, o desafio, entre o real e o ideal, é longo e perspicaz. A constituição de uma polícia que respeite as garantias constitucionais, que não discrimine, reprima ou julgue preconceituosamente os cidadãos pela cor, sexo ou classe social mostra-se fundamental para a consolidação de um país democrático e ético.

Uma nova polícia deverá prestar um serviço de preservação da ordem e controle da violência, porém de forma mais controlada, democrática e humanizada. Uma polícia capaz de lutar pela defesa dos direitos humanos, da cidadania, da inclusão e, principalmente, do direito de todos e de cada um à segurança pública.

1.1 - A cultura policial

A análise da cultura profissional dos policiais civis é fundamental para a compreensão do universo do trabalho policial. O policial é uma categoria social e profissionalmente construída. No campo da Sociologia das Profissões, os estudos focam os conflitos e as relações de poder existentes entre as diversas profissões da sociedade contemporânea.

A produção científica acerca da Polícia Civil em seus mais diversos enfoques tem aumentado nessas últimas décadas, grande parte devido às taxas crescentes de criminalidade e a conseqüente ineficácia na manutenção do controle social.

Nesse sentido, trabalhos como o de Hagen (2005, 2004), Bretas (1997), Mingardi (1991) e Bretas & Poncioni (1999), são estudos exemplares dessa nova leva de estudos sociológicos, que apresentam a Polícia Civil como objeto de estudo.

O conceito de “profissão” é definido por Machado (1995) como a ocupação de um indivíduo que é especialista em um determinado conhecimento para a solução de problemas. O que significa que “profissão” abrange uma base cognitiva, uma competência técnica de seus membros, adquirida em instituições especializadas.

Uma profissão é um espaço social com elementos simbólicos e de representação coletivos próprios (TORRENTE, 1997). Em uma cultura institucional o coletivo se aprende, se reproduz e se legitima, a partir de padrões de comportamentos e pensamentos.

O tema da cultura das organizações constitui um dos principais discursos dos anos 80. A cultura profissional é o conjunto de idéias, visão de mundo e estilo de vida adotado por um grupo profissional específico. Os padrões de comportamento são tidos como manifestações da cultura de uma organização.

As normas da organização expressam expectativas relacionadas a atitudes e comportamentos apropriados e inapropriados, constituindo padrões socialmente aceitos. Os valores são oriundos de comportamentos, que tendem a ser, com o tempo, pressupostos fundamentais do grupo.

Nesse mesmo sentido, Loche, Ferreira, Souza e Izumino, afirmam que:

entrar no cotidiano da polícia descortina uma outra sociedade, funcionando sobre regras e valores diferentes dos preceitos fundamentados no direito. Pode-se falar de um lógica ocupacional, mas também de uma lógica societária que interferem no julgamento e na prática que os policiais tem de suas funções. (LOCHE; FERREIRA; SOUZA; IZUMINO 1999, p. 172).

Desta forma o comportamento dos policiais também se orienta por padrões de atuação e de relação, frutos das expressões da rotina de trabalho. A inserção neste espaço implica a conversão a uma nova identidade. A instituição policial é o local onde se estabelecem e se compartilham novas maneiras de “ser” vinculadas estritamente aos ideais da instituição. Nesse sentido, os agentes policiais possuem visões de mundo bem semelhantes, ou seja, ao entrar nesse novo universo passam a compartilhar uma identidade profissional institucionalmente homogênea (BRETAS, 1997).

Existe uma gama de padrões de comportamento possíveis, onde as pessoas tendem a racionalizar suas ações a partir de valores, crenças e princípios, influenciadas pela cultura da sua organização. Essa predisposição em adotar certos tipos de comportamento em face às situações dadas é o que Bourdieu denomina de *habitus* (BOURDIEU, 1989).

O *habitus* é um processo de socialização apreendido através da inserção do agente no espaço social. Apreendido e adquirido num longo processo, o *habitus* é uma dimensão inconsciente para o agente, mas é ele que orienta práticas individuais e coletivas, pois são esquemas de pensamento, percepção e ação.

Bourdieu, em “Esboço de uma teoria da prática”, define o *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a

seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 2002, p.49)

Assim, o conceito de *habitus*, revela as disposições dos agentes, as estruturas mentais pelas quais eles apreendem o mundo social. São produto da interiorização das estruturas sociais ou, como diria Bourdieu, são estruturas estruturantes, socialmente estruturadas.

O *habitus* é inseparável da estrutura que o produz e o reproduz, é uma lei social incorporada e não pode ser aniquilada apenas com uma tomada de consciência, pois a eficácia do *poder simbólico* é justamente inscrever nos corpos predisposições duradouras. O poder simbólico é uma forma de poder exercido sobre os corpos diretamente, sem qualquer coação física; e assume predisposições, disposições que são desencadeadas em um processo de incorporação.

A eficácia do poder simbólico fica evidente quando é ocultada pela própria cultura, ou seja, é por ela produzida enquanto uma determinação arbitrária, mas reproduzida ao longo do tempo como algo natural, inscrito na ordem das coisas. Aí está a eficácia simbólica, é o poder de fazer as coisas com as palavras, sem coação direta, mas prescrita enquanto uma obrigação moral.

Nesse sentido o espaço policial compartilha uma cultura que busca a unificação do indivíduo nas estruturas sociais através de um sistema de símbolos e significados compartilhados, produtos das experiências vivenciadas pela instituição ao longo da história. O modo de ver o mundo, isto é, os valores, as formas de agir e de pensar, o comportamento social e mesmo as posturas corporais são produtos desse espaço social.

Esses padrões são entendidos como sendo as estruturas que dão significado a ação (BOURDIEU, 1996). Isso faz com que os indivíduos sejam facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência da linguagem. Valores que governam o comportamento dos policiais e os identificam, mas que representam as justificativas ou racionalizações dos atos dos membros da organização e pressupostos inconscientes básicos que se manifestam nos comportamentos comuns.

A perpetuação da cultura se dá através das gerações que constroem e sedimentam os valores, conservam o código normativo através da vigia e punição dos transgressores. Nesse sentido a organização policial é uma instituição portadora de uma cultura própria e específica e se atualiza através da socialização e ressocialização dos indivíduos.

A dinâmica da produção da identidade policial é investigada por Mingardi (1991), Bretas & Poncioni (1999). Mingardi (1991) fala da prática da tortura como um método comum e tido como essencial no interior da instituição policial. Bretas & Poncioni (1999), analisam a construção da identidade policial a partir do contato da polícia com a sociedade e nesse sentido a formação de concepções e estereótipos que estão vinculados a esse processo:

Na dimensão cotidiana das atividades policiais, a percepção que o policial tem de si mesmo e do conjunto de situações que vivencia, bem como suas atitudes e sentimentos em relação a elas são codificados em um acervo de conhecimento que vai além do pessoal, tornando-se um saber compartilhado, organizacional, próprio dos policiais. (BRETAS; PONCIONI, 1999, p. 151).

A análise do sistema cultural de um grupo é importante para perceber suas percepções acerca da realidade. O espaço simbólico que norteia a organização policial é identificado por uma cultura baseada no risco e na autoridade.

Nesse sentido, o processo de formação do policial ressocializa o indivíduo através de práticas e conteúdos definidos, ou não, em currículos e na vida institucional. Nesta socialização cada membro passa por uma fase na qual deve apreender valores, normas, expectativas e procedimentos, a fim de assumir um papel específico e se tornar membro da instituição.

São padrões de comportamento necessários para o efetivo desempenho da função, e uma série de regras inerentes para a manutenção da identidade e integridade da instituição. (BARBOSA, 1993). A cultura profissional do policial se fundamenta em um treinamento técnico formal, com validação institucional da adequação deste treinamento e da competência do indivíduo formado, mas também, e fundamentalmente na prática, na rotina, no dia-a-dia do policial.

A readaptação dos indivíduos ao novo sistema de valores faz parte da ressocialização do indivíduo, este passa por um longo processo que vai desde o recrutamento e a seleção ao treinamento.

Nesse sentido, a conversão do indivíduo em policial exige uma rigorosa seleção física e psicológica, a qual irá eleger aqueles que possuem as aptidões necessárias, afetivas, agressivas e motivacionais, para sua real adaptação ao trabalho.

A seleção e a socialização dos novos membros são feitas de forma rigorosa. Após cumprir as exigências de seleção, na Academia de Polícia, o indivíduo aprende a ser um “policial” a partir de estratégias formais de ensino, não apenas o currículo declarado da Academia de Polícia, mas também as estratégias informais têm grande importância na formação policial. O chamado “currículo oculto” é apreendido no interior das estruturas sociais da instituição, através da execução do trabalho em si, por meio de atitudes explicitamente cultivadas.

O “currículo oculto” é expresso pelas práticas e experiências que a instituição propicia. Podemos dizer que a socialização mais importante está na prática. Os próprios policiais dizem que ser policial efetivamente é estar na rua, no confronto com a criminalidade. Portanto, o reconhecimento de seus companheiros, através da experiência do domínio das situações, garante ao policial confiança e prestígio.

A capacidade de adesão às condições de trabalho e aos valores da instituição transforma o indivíduo em policial, a partir de sua identificação com os ideais da profissão. Conhecimentos teóricos e pragmáticos, aliados, transmitem ao indivíduo os valores e comportamentos da organização. Em decorrência os policiais passam a ter uma visão de mundo bem semelhante.

A cultura policial é “marcada pela dominação masculina, pelo machismo e pelo mito do policial herói” (TAVARES DOS SANTOS, 1997, p. 160). O tornar-se policial assim, envolve uma adesão a um modelo masculino violento ou no mínimo agressivo. Elementos socialmente construídos como masculinos: força física, coragem e agressividade, são valorizados na instituição (NUMMER, 2001). É o que faz com que Muniz (1999) denomine a polícia como uma “terra de machos”.

O contato com a violência, ainda que não seja constante, no caso da Polícia Civil, é um dos fatores mais importantes para a construção da imagem de uma atividade de risco, que envolve o mito do policial herói. De forma legítima ou ilegítima a violência está associada ao gênero masculino. Historicamente, os homens dominam esse espaço, o trabalho policial torna-se assim, eminentemente masculino (MUSUMECI, 2001).

Nesse sentido em uma cultura policial em que impera a “masculinidade hegemônica”, ter uma arma é um potente símbolo de masculinidade. É a afirmação de seu

status, um símbolo de distinção, hombridade, força, domínio e autoridade (MONET, 2001).

O porte da arma é fundamental e obrigatório para a polícia, é um dos elementos que a distingue. O porte da arma significa, para eles, um instrumento de defesa pessoal, necessário em função do risco inerente à sua profissão, representando maior segurança. Ainda que o trabalho da Polícia Civil não envolva contato constante com a violência, é necessário estar sempre dispostos a usá-la se fizer necessário.

O Policial Civil em razão do meio em que trabalha, ligado à violência ou muito próximo dela, desenvolve uma agressividade própria e um gosto pelo perigo. Há uma supervalorização da violência e da agressividade física, sendo esta uma exigência fundamental a profissão. Nesse sentido, a valorização de sua performance física, o orgulho, a rivalidade e valores ligados aos sinais exteriores de bravura e virilidade, são cultivados e incentivados dentro da instituição.

As competições de tiro, lutas e torneios esportivos, internos da polícia, fazem parte dos ritos de valorização do mito físico: ter força e boa forma física. Nesse sentido: “las organizaciones fomentan este tipo de encuentros porque tienen efectos integradores, canalizan tensiones y reafirman valores policiales” (TORRENTE, 1997, p. 73). O que favorece a discriminação das mulheres e dos mais velhos.

As premiações também são exemplos de valores reforçadores dos comportamentos bem sucedidos, pois são sistemas de recompensas, título de honra com mensagens exemplares pelas atuações de risco a que se submetem os policiais. As tarefas mais prestigiosas são aquelas de mais perigo e risco. E são esses ritos que internalizam e constroem a identidade social dos seus profissionais.

Legitimado pela existência de uma ética própria, o policial não vê como transgressão o uso de métodos violentos para o controle da ordem social. Muitas vezes, os policiais violentos têm prestígio não apenas dentro da estrutura policial, mas boa parte da população aceita as manifestações violentas dos policiais e torce por elas.

A política interna dentro da polícia é denunciada por alguns policiais que dizem que esta protege o policial que errou e recrimina o policial que denunciou o errado. A forma mais comum de punição para aqueles policiais que excederam ou não fizeram o trabalho de forma correta, é a transferência para outras delegacias. No entanto os policiais também apresentam certo temor, ou seja, a vivência do medo existe efetivamente; mas só raramente aparece na superfície, pois se encontra contida, no mínimo, como ressaltaria um dos grandes psicanalistas sociais contemporâneos, Christophe Dejours (1992), pelos mecanismos de defesa de cada indivíduo e pelas normas culturais do grupo. Demonstrar o medo seria admitir estar despreparado ou ainda pior, por em dúvida sua masculinidade.

Nesse sentido atitudes de negação e desprezo pelo perigo são bastante comuns no cotidiano policial, e podem se apresentar como uma estratégia para enfrentar o cotidiano do trabalho. A pseudoinconsciência do perigo apresenta-se no coletivo, ninguém pode ter medo, ninguém deve demonstrá-lo, é um comportamento que faz parte deste código profissional.

Na Polícia Civil, comportamentos que deveriam ser criticados e banidos são rotineiros, como por exemplo, a arbitrariedade e a truculência na intervenção policial. A violência e a arbitrariedade não desapareceram com a transição do regime político democrático, mas agravou-se junto à ineficácia de sua atuação.

Nesse sentido, essas práticas tornam-se corriqueiras e mais do que isso, fazem parte da cultura policial. Esse desrespeito é fruto do que Tavares dos Santos (1995; 1997) aponta

como o excesso de poder que permeia a prática social desse grupo. A violência assim, é parte desse grupo e por isso é aceita e legitimada por este. Trata-se de uma norma particular e cultural remetida ao grupo, visto que é parte do ethos desse grupo.

A tortura e a corrupção andam de mãos dadas no cotidiano da polícia (MINGARDI, 1991). “Nas delegacias a forma privilegiada de investigação policial vem a ser o uso e abuso de medidas ilegais, resumidas na detenção, corrupção e tortura”. (LOCHE; FERREIRA; SOUZA; IZUMINO, 1999, p. 169).

A autonomia da polícia, assim como a sua brutalidade foram descritas com muita propriedade por Pinheiro (1983; 1984), Kant de Lima (1986; 1985; 1989), entre outros. A crítica humanitária aos métodos violentos do trabalho policial é cada vez mais foco da atenção pública.

A corrupção, a tortura, o uso excessivo e indiscriminado da força, o desrespeito e a desigualdade de tratamento dado às pessoas, aliados à falta de controle externo da polícia, à baixa efetividade das organizações e à inexistência de mecanismos de proteção à população, contra eventuais abusos cometidos pela polícia, traduzem um baixo prestígio social da polícia perante a população.

A PNAD (Programa Nacional de Amostras a Domicílio), realizada no ano de 1988, trouxe dados que confirmavam a falta de confiança na polícia. Mais da metade das pessoas entrevistadas disse não achar importante prestar queixa a polícia, pois não acreditavam nela, e apontam esta como sendo ineficiente (IBGE, 1990).

Atualmente pesquisas de vitimização e opinião tendem a confirmar e demonstrar o agravamento desta situação. Cada vez mais a população perde a confiança na polícia, principalmente os setores mais envolvidos nos conflitos diários com a organização policial.

Grupos sociais que são mais atingidos por essa violência, pois sofrem uma seleção preconceituosa, são classificadas de acordo com sua classe, cor e sexo, e estereotipados como principais alvos da ação policial truculenta.

Bretas e Poncioni (1999) referem-se a uma representação negativa e conservadora dos policiais em relação à sociedade e os indivíduos.

É introduzido um elemento de conservadorismo que pode ser identificado em diferentes gerações de policiais, no que diz respeito não só ao papel, às funções e ao lugar de sua atividade profissional na sociedade, como também com relação ao seu público usuário (BRETAS; PONCIONI, 1999, p. 156).

São esses estereótipos que medeiam às relações com a população. As práticas de exclusão ausentes nos currículos, aprendidas na prática policial, se constituem como instrumento de poder, e “o mau tratamento deixa de ser resultado de mal treinamento e passa a ser uma adaptação do policial a uma exigência do meio” (CÁRDIA, 1997, p.259).

O conservadorismo moral e social, presente na Polícia Civil, é resultante de uma cultura conservadora, autoritária e voltada ao ambiente interno, sem controle social da sociedade. A explicação apontada por Kant de Lima (1997) é que estas características são próprias de sistemas hierárquicos. Assim, a polícia no Brasil teria se configurado historicamente a partir disso, legitimando o desrespeito aos direitos da população.

A vivência do perigo pressupõe uma atitude defensiva dos policiais frente à sociedade, essa desconfiança aumenta uma tendência ao individualismo, pois as obrigações de um policial não terminam com o fim do expediente ou com o fim do turno de trabalho, permanecem 24 horas por dia. O estado de medo e alerta não abandona os policiais durante todo o tempo.

Assim as relações sociais dos policiais são contaminadas pela instituição policial, é ela que condiciona seu comportamento. As tensões do trabalho e o trabalho aos finais de semana, acabam por comprometer ainda mais suas relações familiares. Nesse sentido há uma restrição de seus contatos sociais. Com o isolamento social a polícia tende a encontrar sua identidade social dentro de seu trabalho (SKOLNICK, 1996), aumentando a solidariedade interna e a identidade do grupo (HAGEN, 2004).

No limite, esse isolamento pode se traduzir nas crescentes taxas de alcoolismo e outras substâncias psicossomáticas, que se apresentam como uma maneira de atenuar as tensões internas e extravasar pressões. A depressão e o suicídio também tem se manifestado de forma expressiva dentro da instituição nessas últimas décadas.

Podemos dizer então que a cultura policial, instituição secular vinculada ao Estado, tem apresentado características mais autoritárias do que democráticas. A inadequação do modelo de segurança atual, marcado pelo autoritarismo e o desrespeito aos direitos civis, traduz em essência formas de atuação incompatíveis com um Estado Democrático (COSTA, 2002).

Nesse sentido, emergem debates acerca da necessidade de mudanças, de novos valores, tais como: respeito aos direitos humanos, descentralização, transparência das ações, uma polícia comunitária, com maior ingerência da sociedade. Esse processo de mudança sempre cria muitas dificuldades, visto que nestas organizações o corporativismo, a incerteza e o medo, bloqueiam essas mudanças.

Entretanto não é possível admitir que em decorrência dessas características as organizações policiais não possam estar sujeitas a mudança de comportamento e de cultura. Um processo de mudança sempre cria muitas dificuldades, principalmente pelo conservadorismo da instituição, pela incerteza e pelo medo da transformação, já que o

modelo organizacional da polícia na sociedade moderna está controlado e regulado pela instituição.

No entanto grandes avanços já estão ocorrendo, a emergência de lutas sociais pela formação de uma polícia democratizada e por um novo conceito de segurança pública que valorize a relação entre polícia e sociedade. Nos cursos de formação policial já se introduziram mudanças recentes, a abertura maior a psicólogos e sociólogos são exemplos de um primeiro passo a essa reestruturação cultural.

O caminho é longo, mas faz-se necessário que a instituição esteja aberta a mudanças, pois elas fazem parte das exigências do mundo contemporâneo. Uma polícia mais democrática, capaz de zelar pelo direito de todos, independente de classe, cor ou sexo, mas mantenedora da paz e da ordem pública, cumprindo assim, com as obrigações de um Estado democrático de direito.

1.2 - Polícia Civil: a polícia judiciária no Rio Grande do Sul

A Polícia Civil é um órgão público permanente, faz parte do sistema judiciário e da administração indireta do Estado. Em conjunto com a Polícia Militar, a Polícia Civil é responsável tradicionalmente pela segurança pública, pela execução de políticas de segurança do Estado e da Secretaria de Segurança Pública.

À Polícia Civil cabe a função de polícia judiciária, ou seja, a apuração das infrações penais e de sua autoria, o que significa que cabe a ela apurar as infrações penais, exceto as

militares e crimes de jurisdição federal. A Polícia Civil é, sobretudo, um policiamento especializado em investigação e produção de diligências preliminares do inquérito policial, que visam orientar a ação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Subordinada ao governador do Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública é dirigida por delegados de carreira, bacharéis em Direito, e integrada por investigadores, inspetores, escrivãos, comissários e técnicos em diversas áreas.

A origem da Polícia Civil no Rio Grande do Sul remonta ao ano de 1842, com o estabelecimento da distinção entre a polícia administrativa e judiciária, e a coexistência dos “Corpos policiais”, origem da Brigada Militar. No entanto estas só foram efetivadas em 1871 com a Lei nº 261, que criou as Polícias Civas das Províncias.

A promulgação da República elevou a Polícia Civil a uma organização policial propriamente dita e mais próxima do modelo atual. Em 1936, o Governador do Estado, Flores da Cunha, em obediência ao dispositivo constitucional, promoveu a organização da Polícia de Carreira, que veio modernizando-se. Foram estabelecidos os cargos iniciais, as delegacias especializadas, a polícia técnica, o gabinete médico-legal, a escola de polícia, etc. Em 1937 foi construído o “Edifício de Segurança Pública”, atual Palácio da Polícia.

A Polícia Civil tem um papel privilegiado na estrutura da justiça penal, pois possui um poder muito forte, especialmente por ser o primeiro passo na racionalização dos delitos e na formalização dos atos dos criminosos até a chegada ao poder judiciário.

As atribuições da Polícia Civil estão definidas e dispostas na legislação federal e estadual. A Constituição Federal, no capítulo intitulado “Da Segurança Pública”, enumera os órgãos que detém competência para a preservação da ordem pública. Entre esses órgãos, estão as Polícias Civas, que tem como competência:

Da Polícia Civil

Art. 133 – À Polícia Civil, dirigida pelo Chefe da Polícia, delegado de carreira da mais elevada classe, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

Parágrafo único – São autoridades policiais os Delegados de Polícia de carreira, cargos privativos de bacharéis de Direito.

Art. 134 – A organização, garantia, direitos e deveres do pessoal da Polícia Civil serão definidos em lei complementar e terão por princípios a hierarquia e a disciplina.

Parágrafo único – O recrutamento, a seleção, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal da Polícia Civil competem à Academia de Polícia Civil.

Art. 135 – São assegurados aos Delegados de Polícia de carreira vencimentos de conformidade com o Art. 135 e 241 da Constituição Federal.

(BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988)

A constituição do Rio Grande do Sul de 1989, Capítulo I – Da Segurança Pública – diz que:

Art. 124 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I- Brigada Militar;
- II- Polícia Civil;
- III- Coordenadoria Geral de Perícias.

(RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul)

À Polícia Civil compete o cumprimento das prescrições estabelecidas por lei para a manutenção da ordem pública, quer preventivamente, quer de maneira reativa, atuando no sentido de repressão à criminalidade e na tarefa de persecução penal. Exerce funções de Polícia Judiciária, cujo objetivo refere-se à investigação e produção de inquéritos criminais que visam subsidiar a ação do Ministério Público e do Poder Judiciário.

A posição privilegiada da Polícia Civil no sistema de justiça penal, é uma das causas do conflito existente entre polícia civil e poder judiciário. A Polícia Civil tem um maior nível de discricionariedade, já que possui o poder sobre a posse da verdade, pois

pode incriminar ou não um indivíduo (KANT DE LIMA, 1989). Nesse sentido é considerada, os olhos da justiça, pois cabe a ela a apuração das infrações penais civis, determinando o que vai ser repassado as demais instâncias da justiça (LOCHE; FERREIRA; SOUZA; IZUMINO, 1999).

No entanto, as polícias são mais vulneráveis as pressões da sociedade, principalmente a Polícia Civil que devido ao seu caráter investigativo não se apresenta de forma visível e presente aos olhos da sociedade. Sem exercer fundamentalmente contato direto com a violência, a Polícia Civil, tem a maior parte de suas atividades circunscritas à delegacia.

O ingresso na Polícia Civil é feito através de concurso público, o processo seletivo é regulado mediante edital público, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Organizados e executados pela Academia de Polícia, os concursos são supervisionados pela Comissão de Concurso, nomeada pelo Secretário de Estado da Justiça e da Segurança.

No artigo dois do capítulo primeiro da lei número 12.350, de 26 de outubro de 2005 ficam estabelecidos os requisitos para a entrada na Polícia Civil:

Art. 2º - São requisitos para o ingresso nas carreiras de que trata esta Lei:

I - ser brasileiro;

II - ser bacharel em Direito, para o cargo de Delegado de Polícia;

III - possuir graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, para as carreiras de Inspetor e Escrivão de Polícia;

IV - estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

V - estar com a situação regularizada perante a Secretaria da Receita Federal;

VI - possuir conduta moral, social e profissional compatível com o cargo;

VII - possuir saúde física, psiquiátrica e aptidão psicológica adequadas ao exercício das atividades inerentes à carreira policial e, especialmente, ao cargo;

VIII - possuir carteira nacional de habilitação para conduzir veículos automotores, no mínimo da categoria "B".

(RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul)

Para as carreiras de Inspetor e Escrivão de Polícia o candidato deve possuir nível superior em qualquer área e optar pelo cargo a qual pretende concorrer. O processo seletivo consiste na aplicação de uma prova escrita, com questões de língua portuguesa, direito penal, direito processual penal, direito constitucional, direito administrativo, direitos humanos, informática, conhecimentos gerais e redação.

Para o ingresso na carreira de delegado é exigido, desde 1976, o diploma de bacharel em Direito, através de um concurso público específico para o cargo. O curso de formação profissional também integra e efetiva o ingresso do indivíduo na Polícia Civil.

O processo seletivo para o cargo de Delegado de Polícia é constituído por três etapas: na primeira há prova objetiva de língua portuguesa e conhecimento jurídico; a segunda etapa consta de prova discursiva sobre direito penal e processual penal; e por fim, há as provas oral e de títulos de formação acadêmica e profissional. As primeiras etapas são de cunho eliminatório e classificatório, e a prova final de títulos, possui caráter meramente classificatório.

Desta forma, os candidatos aprovados na fase de capacitação intelectual prestam provas de capacitação física, sendo submetidos aos testes físicos, de caráter eliminatório. O que significa que deverão comprovar que gozam de saúde física para suportar os testes.

Os candidatos considerados aptos ainda passarão por uma sindicância acerca de sua idoneidade moral. É realizada uma investigação de sua vida pregressa e atual, sua conduta individual, social e profissional. Também são realizados exames de sanidade física, avaliação psiquiátrica e aptidão psicológica para o cargo. Todos com caráter eliminatório.

Exames de sanidade física são realizados pela Perícia Médica do Estado e os laudos psicológicos e psiquiátricos, emitidos por especialistas das respectivas áreas, sob a coordenação do Gabinete Psicológico da Academia de Polícia Civil.

Após a aprovação da sua capacidade intelectual, sendo considerado apto nos exames de sanidade física e avaliações psiquiátricas e psicológicas, assim como comprovando sua idoneidade na sindicância, o candidato será convocado para o curso de formação profissional e estágio de avaliação. Respeitando a classificação, o número de vagas abertas no concurso e os requisitos estabelecidos por edital.

Aptos a frequentar o curso de formação profissional, os candidatos melhores classificados iniciam o curso preparatório. O candidato permanecerá à disposição da Academia de Polícia Civil, enquanto for aluno do curso de formação profissional. Este será organizado e ministrado exclusivamente pela Academia de Polícia Civil com carga horária mínima de 800 horas-aula.

O curso de formação profissional é eliminatório e a aptidão para o exercício do cargo será aferida em função da adequação e da capacidade demonstrada pelo candidato, na condição de aluno, no desempenho de atos, de atividades inerentes ao cargo pretendido e pela presteza, correção e segurança demonstradas na realização dos exercícios teóricos e práticos que lhe forem solicitados.

A frequência ao curso deverá ser integral, sendo admitida apenas 10% (dez por cento) de faltas justificadas. O curso de formação realizará avaliação de desempenho, compreendendo aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) em cada disciplina. Os candidatos matriculados no curso recebem uma bolsa de estudos referente a 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos do cargo referente à classe inicial da carreira.

É a última etapa da preparação para a atividade policial. A nomeação efetiva obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos aprovados no curso de formação profissional.

A Polícia Civil conta atualmente com um efetivo de quase seis mil funcionários (Departamento de Administração Policial, 2005), distribuídos em 285 delegacias e departamentos nos 495 municípios do Estado (IBGE, 2005).

Tabela 02 – Distribuição do efetivo da Polícia Civil por cargo – Rio Grande do Sul, 2005

Delegado	377	6,32%
Comissário ¹	301	5,05%
Escrivão	2084	34,95%
Inspetor ¹	2234	37,46%
Investigador	587	9,85%
Outros	380	6,37%
Total	5963	100%

Fonte: Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. Cálculos elaborados pela autora.

A Polícia Civil diferencia-se tanto em organização, estrutura, quanto em sua cultura, da Polícia Militar. No entanto, ambas as polícias são instituições estatais que almejam a segurança pública do cidadão. A Polícia Civil, apesar de apresentar uma formação menos rígida, apresenta também uma estrutura histórica conservadora com práticas imersas em relações hierárquicas e autoritárias.

¹ O cargo de Inspetor foi instinto nos anos 90. E o de comissário é o cargo final da carreira de inspetores e escrivãos.

A estrutura organizacional da Polícia Civil é dividida em quatorze departamentos:

ACADEPOL - Academia de Polícia

CHEFIA - Chefia de Polícia

COGEPOL - Corregedoria-Geral de Polícia

CSP - Conselho Superior de Polícia

DAP - Departamento de Administração Policial

DECA - Departamento Estadual para Criança e Adolescente

DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais

DENARC - Departamento Estadual de Investigação do Narcotráfico

DETEL - Departamento Estadual de Telecomunicações

DINP - Departamento Estadual de Informática Policial

DPI - Departamento de Polícia do Interior

DPM - Departamento de Polícia Metropolitana

DPTRAN - Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito.

Os departamentos são responsáveis pela administração e organização das demais delegacias, especializadas ou não. Delegacias especializadas são aquelas que têm seu foco em determinados “crimes”, é o caso das delegacias da mulher, do idoso e da criança e adolescente. Sendo que a maioria das delegacias são comuns, ou seja, trabalham com todo e qualquer tipo de denúncia e investigação.

Após ingresso na carreira de policial, os policiais podem ascender na carreira a partir das promoções, concedidas como gratificações, posições de chefia e deslocamento capital-interior. Existem promoções regulamentares, regidas por regulamento próprio, que se processam alternadamente, por antiguidade e merecimento.

Uma boa conduta funcional e a relevância de serviços prestados ajudam na conquista de promoções por merecimento. Transgressões disciplinares apuradas através de sindicâncias, inquérito policial ou processo administrativo-disciplinar são elementos que afastam essas promoções.

Nesse sentido trabalhar com delegados influentes também aumenta as possibilidades de ascensão por merecimento. A promoção por merecimento é realizada mediante ordem decrescente por contagem de pontos obtidos na prova mensal de títulos (cursos, portarias de louvor, diplomas e outros comprovantes do aperfeiçoamento do servidor policial, conforme normas do Regulamento de Promoções do Conselho Superior da Polícia).

A promoção por antiguidade é conferida segundo o tempo de serviço na classe inicial do degrau de carreira antecedente.

Diferentes recursos são mobilizados para se desenvolver na carreira: relações sociais, políticas, conhecimento pessoal e as qualidades, habilidades individuais para a realização do trabalho. Direito a recompensas, que constituem reconhecimento por bons serviços prestados pelo servidor, compreendem: a Medalha do Mérito Policial; a Medalha Tiradentes e a Medalha do Serviço Policial; dispensa do serviço (até dez dias); citações e louvores, pela prática de ato que mereça registro especial ou ultrapasse o cumprimento normal de atribuições ou se revista de relevância. Essa prática torna públicos os resultados positivos da cultura organizacional e reforça identidades sociais e seu poder.

Nesse sentido a Polícia Civil é um espaço de disputa entre os agentes para ocupar diferentes posições de poder.

Os delegados são escolhidos pelo Chefe de Polícia para ocuparem cargos de chefia. Como o Chefe de Polícia é escolhido pelo Governador do Estado as possibilidades de ascensão na carreira crescem principalmente com as mudanças de governo.

O Decreto número 28656, de 22 de março de 1979, estabeleceu em seu art. 14:

As funções gratificadas lotadas na Polícia Civil serão providas por ato do Secretário de Segurança Pública, face a proposta do Superintendente dos Serviços Policiais.

Parágrafo único – A escolha de titular para a função de direção, chefia e assessoramento deve recair:

I – Para a Chefia do Gabinete do Superintendente, Diretores dos Departamentos de Polícia Metropolitana, da Polícia do Interior, de Trânsito, de Ordem Política e Social, de Diversões Públicas, de Organização e Correição, de Informática Policial, de Administração Policial, e Diretor da Escola de Polícia – em Delegado de Polícia da classe mais elevada na carreira.

(RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul)

O cargo de delegado de polícia é o cargo mais elevado da Polícia Civil. Como podemos observar o número de delegados de polícia é inferior a 10% do efetivo total. Uma vez delegado é possível ascender na carreira. A carreira de delegado de polícia está dividida em quatro classes, sendo a quarta classe a mais alta da hierarquia (em geral são delegados mais antigos). Quanto mais elevada a classe, o delegado exercerá posições de maior poder, em cargos de chefia no âmbito de departamento.

A Academia da Polícia Civil é regida por um delegado de quarta classe. É na Academia que será apresentado ao indivíduo um aprendizado técnico-policial para a transformação deste para a vida policial.

“O recrutamento, a seleção, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização do pessoal da Polícia Civil competem a Academia de Polícia Civil” (www.pc.rs.gov.br/acadepol). É na Academia também que os Policiais Civis tem a sua disposição, uma diversidade de cursos de aperfeiçoamento e atualização das suas atividades na organização, tais como: cursos de manuseio de armas de fogo e defesa pessoal, até informática.

No Palácio da Polícia onde se concentra a administração da Polícia Civil. Também são oferecidos serviços de assessoria assistencial para os policiais e seus familiares, como: psicólogos, psiquiatras, médicos, dentistas, enfermeiros e fisioterapeutas. Apesar de serem cargos inexistentes na Polícia Civil são ocupados por policiais civis formados nessas áreas específicas.

A instituição policial sofre, hoje, uma desvalorização social. A falta de eficácia perante a criminalidade crescente e a frequência de casos de corrupção e envolvimento de policiais com o crime fazem com que a população não confie na Polícia Civil como uma instituição capaz de protegê-la efetivamente.

A honestidade é um dos atributos que a sociedade julga mais importante nos policiais. Perante o caos da segurança pública no país, os policiais honestos são tomados como “heróis” que deveriam servir de exemplo para os outros membros. Mas na realidade acabam sendo tratados como idealistas, fora da realidade, já que colocam em risco a própria vida.

2 - AS POLICIAIS CIVIS NO RIO GRANDE DO SUL

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul representa um espaço de atuação originalmente masculino, entretanto, essa situação vem sofrendo mudanças e pode-se observar uma progressiva participação de mulheres na polícia. As mulheres têm conquistado continuamente esse espaço, mas podemos afirmar que a polícia se caracteriza, ainda hoje, como uma área de atividade profissional predominantemente ocupada por homens, conseqüência de uma concepção social seletiva em relação a esse espaço profissional em que se valoriza um ethos masculino.

Sabe-se que há uma cultura policial em que impera a “masculinidade hegemônica”, valorizando atributos associados à virilidade, quais sejam: força física, controle emocional e persistência, habilidades essas socialmente consideradas como masculinas (NUMMER, 2001). Assim, o estereótipo da profissão reflete a associação entre polícia e masculinidade, não se enquadrando nos atributos supostamente “femininos”.

Atributos estes amplamente discutido pelo feminismo, movimento que difundiu-se no meio acadêmico através da disseminação de estudos sobre a mulher e, posteriormente, sobre gênero, temas que antes eram negligenciados pelos estudiosos. A denúncia da discriminação e da existência de estereótipos sexistas em relação às mulheres tornou o feminismo não apenas um movimento que buscava compreender a situação da mulher na

sociedade, mas sobretudo um movimento político contra a subordinação e a opressão imposta à mulher. O termo sexismo também aparece nos estudos de gênero, o termo é baseado no conceito de racismo e o movimento feminista americano usa-o para as discriminações que sofrem as mulheres.

A partir do questionamento do valor funcional do sistema de papéis sexuais vigentes, o movimento feminista da década de 80 fez com que o termo sexo, considerado até então uma referência para as categorias de masculino e feminino, fosse substituído pelo termo gênero (SOUZA-LOBO, 1991).

A introdução do conceito de gênero como uma opção teórica e metodológica para os estudos feministas deu início a uma nova forma de analisar as relações entre homens e mulheres. O gênero, enquanto uma categoria de análise se afasta da ênfase no determinismo biológico, assumindo uma perspectiva histórica e relacional dos sexos (LOURO, 1999).

Enfatizando o caráter social e cultural da construção dos sexos, o gênero permite refletir acerca das diferentes experiências sociais impostas ao corpo sexuado. Assim, as desigualdades entre homens e mulheres se expressam, sobretudo, na relação entre ambos. Dessa forma, o gênero ultrapassa a noção do sexo biológico e desnaturaliza as relações entre homens e mulheres. Falar de gênero é falar de um “conjunto de representações sociais construídas a partir das condições biológicas das diferenças entre os sexos” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 183).

Em seus estudos acerca da dominação masculina, Bourdieu (2005) argumenta a necessidade de se romper com o familiar, já que somos seres dotados de gênero e em consequência disto estamos imersos nessa lógica. Para ele é somente a partir de uma

apreensão relacional da relação de dominação entre homens e mulheres que podemos perceber a permanência de estruturas invisíveis que afetam a condição feminina.

Para se compreender a dominação masculina Bourdieu (2005) argumenta que é necessário identificar as maneiras de ser duradouras, como formas de uma dominação simbólica reproduzidas através da cultura. As diferenças sexuais são constitutivas de uma visão e de uma experiência de mundo. Existe uma estrutura cosmológica sexualizada ou de gênero, pois a divisão de gênero está inscrita na ordem social das coisas.

A sociedade constrói historicamente o sexo, atribuindo papéis distintos para homens e mulheres, o que significa que a construção dos gêneros envolve o corpo, pois implica em corpos sexuados. Nesse contexto, não se pode ignorar a biologia, visto que o gênero tem uma dimensão e uma expressão biológica. Há uma estreita ligação entre o social e o biológico. (LOURO, 1999).

O gênero é, sobretudo, uma aprendizagem de “papéis” masculinos e femininos, mas é mais do que uma identidade aprendida, pois está presente em múltiplas instâncias da vida social (LOURO, 1999). A identidade de gênero é, sobretudo, uma elaboração cultural, isto é, uma ação da cultura dominante. E, como afirma Gonçalves:

O gênero se multifaceta em uma trama de redes simbólicas que operam em muitos domínios do humano e do social. Não dá para simplesmente pensá-lo como um sistema fixo e linear de hierarquias definidoras do que é ser homem e mulher, mas como produzindo e sendo produzido pela cultura. (GONÇALVES, 1998, p. 46)

A oposição masculino e feminino é uma divisão objetiva, está inscrita nos corpos. É uma categoria cognitiva a partir da qual os indivíduos vêem e constroem o mundo, isto é, refere-se a esquemas de percepção. Dessa forma, a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas reconhece e legitima a dominação masculina.

Nesse sentido, o gênero constrói significados para as diferenças sexuais nos diferentes contextos históricos, culturais e sociais. Disposições internas são adquiridas durante a socialização, consolidando uma suposta natureza da mulher, uma identidade supostamente independente da aprendizagem social.

Scott (1995), afirma que existem diversas formas de interação humana e que é preciso decodificar o sentido e compreender a complexidade dessas diversas formas. O gênero legitima, constrói as relações sociais entre os sexos, pois é a forma de dar sentido a essas relações. O gênero é definido por Scott (1995) a partir de dois níveis, conforme exposto a seguir.

O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (Scott, 1995, p. 90)

Para Kergoat (1996), as relações sociais entre os sexos são o princípio organizador da sociedade. Toda relação social é uma relação sexuada e de poder. Assim, toda força de trabalho é sexuada, sendo que o próprio trabalho possui gênero. A estrutura da sociedade aloca os indivíduos a campos ocupacionais mais ou menos valorizados socialmente de acordo com o sexo que os constituem enquanto sujeitos dotados de gênero (HIRATA; KERGOAT, 1994).

Conforme aponta Bourdieu (1989) os que adentram em um espaço socialmente demarcado podem se sentir *deslocados*; para que isso não ocorra, devem cumprir as condições que lhes são exigidas. Nesse sentido, as mulheres policiais estariam introduzindo novos tipos de conflito em um campo socialmente legitimado pela dominação

masculina. Nesse sentido Bourdieu descreve que a reação contra as mulheres em determinadas profissões é parte da luta simbólica pelas posições sociais:

A violência de certas reações emocionais contra a entrada das mulheres em tal ou qual profissão é compreensível, se virmos que as próprias posições sociais são sexuadas, e sexualizantes, e que, ao defender seus cargos contra a feminilização, é sua idéia mais profunda de si mesmos como homens que os homens estão pretendendo proteger, sobretudo no caso de categorias sociais como os trabalhadores manuais, ou de profissões como as das forças armadas, que deve boa parte, senão a totalidade, de seu valor, até mesmo a seus próprios olhos, à sua imagem de virilidade. (Bourdieu, 2005, p. 114-115)

Lenoir (1997) aponta que as mulheres passam a sentir-se menos constrangidas quando interiorizam os “valores policiais”. Assim, em uma instituição que tem a violência enquanto norma, as policiais tenderiam a adotar o mesmo padrão. Espera-se de uma policial que ela se comporte como um homem. Mesmo que os policiais civis raramente entram em confronto, não se pode temer situações de risco de vida.

Nesse sentido, no caso da Polícia Civil, a ser focado no presente trabalho, as policiais civis incorporam, assim como os policiais homens, as estruturas objetivas e simbólicas do sistema em que estão inseridas, isto é, do campo social. É o *habitus* (sistema de percepção, apreensão social nas mentes e corpos dos agentes sociais) que, segundo Bourdieu (1996) dá conta das dimensões subjetiva e objetiva de incorporação das estruturas; é nesse âmbito que são internalizadas as estruturas externas.

O sistema institucional para Bourdieu possui uma cultura específica, capaz de justificar as ações dos sujeitos. A racionalidade da instituição também está na normatização de todas as práticas do grupo, na medida em que se dá o processo de incorporação das normas (*embodiment*). O *embodiment* é a socialização do corpo a partir do conhecimento prático do espaço. O sentimento de pertença ao grupo permite que, em

seus comportamentos, os indivíduos se manifestem no espaço social e nas estruturas do mundo social (BOURDIEU, 1996).

Os valores da instituição são incorporados, inculcados no corpo. Há institucionalização de uma série de condutas, manifestando-se de modo mais evidente na *hexis* corporal (maneiras de falar, agir, pensar, vestir-se, esquemas posturais), ou seja, reproduzem a linguagem de uma identidade social. Ao mesmo tempo, a identidade da corporação construída social e historicamente remonta a uma visão de mundo particular. Essa visão de mundo, o *ethos*, vai orientar também os comportamentos das policiais.

A violência é um dispositivo constituidor de homens e mulheres em policiais. O processo de treinamento e a conversão em policial, a que sofrem, transferem a estes um modelo hegemônico, masculino violento ou no mínimo agressivo. As mulheres entram em uma organização que pressupõe a violência como dispositivo de poder, e assim, hegemonomizam um modo de ser, não masculino, mas institucional (CALANZAS, 2003). No entanto, para Cônsul (1999) a viabilidade de ascensão feminina dentro de uma hierarquia rígida de padrões disciplinares e masculinos, dificulta as mulheres de fazer valer suas competências neste espaço.

As mulheres constituem, na polícia, um caso de marginalidade estrutural. Comparadas aos homens, paradigmas de emancipação e qualificação profissional, instaura-se uma dificuldade da mulher em se afirmar enquanto policial em potencial, para atuar sem inibições no ambiente masculino em que se encontra. No entanto, cumpre também considerar as possíveis reinterpretações desse padrão desde a perspectiva das disputas que ocorrem pelo reconhecimento do trabalho policial entre homens e mulheres da Polícia Civil. Os valores que socialmente são considerados masculinos sofrem em choque com a inserção feminina em um espaço tão masculino como a polícia.

A noção de gênero mostra-se importante para estudar a situação da mulher na sociedade, ao relacionar os papéis sociais, feminino e masculino. Mas ainda, a análise das relações de gênero tem sido um desafio constante para a Sociologia, na medida em que incorporar o conceito de gênero coloca em questão à existência de relações de dominação entre os sexos.

O mundo social para Bourdieu é simbolicamente estruturado por estruturas de dominação. Elas agem de forma duradoura nos corpos, a partir de disposições permanentes. Essa eficácia simbólica é efetivada através do processo de socialização, ou seja, da incorporação no *habitus*. O corpo como realidade sexuada é depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Assim, as posições sociais são sexuadas e sexualizantes. O mundo é sexualmente hierarquizado. Homens e mulheres são preparados para aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis as prescrições e proscições arbitrárias, que inscritas na ordem das coisas, imprimem-se na ordem dos corpos, naturalizando uma visão essencialmente androcêntrica.

Resultante da violência simbólica, a dominação masculina, é uma estrutura de dominação naturalizada, ou seja, é transformação de algo arbitrário em natural. Essa divisão arbitrária está no princípio da realidade e também na representação da própria realidade. Vista como natural, a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, pois aparece de modo objetivado em todo o mundo social, em estado incorporado nos corpos dos agentes, no *habitus* funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e ação.

Na sociologia de Bourdieu os agentes constroem visões de mundo a partir das coações estruturais. Assim, a partir de um pensamento relacional, toma como objeto não apenas a realidade objetiva, mas também a percepção dessa realidade pelos atores sociais,

pois a ordem está inscrita na objetividade e na subjetividade. Na objetividade, das estruturas sociais, quando inscritas nos corpos e transformadas em disposições corporais visíveis como, por exemplo, a divisão de espaços sociais para homens e mulheres. E na subjetividade das estruturas cognitivas, quando inseridas na forma de princípios de percepção dos corpos, ou seja, princípios de visão e divisão.

As percepções, os pensamentos e ações de todos os membros da sociedade são construídos a partir do conhecimento e do reconhecimento de identidades legitimadas pelo mundo social (historicamente construídas). Sendo assim, elas se impõem aos agentes como uma ordem natural. A dominação masculina não é produto de uma ação deliberada ou de uma imposição simbólica; ela é consequência da aplicação pelos agentes das estruturas objetivas do mundo social.

A ordem masculina está inscrita nas instituições e nos agentes, nas posições e disposições, nas coisas e nos corpos. Essa construção social é incorporada através de um longo processo de socialização, no contato do agente com o mundo social.

Inscrita na ordem das coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. (Bourdieu, 2005, p. 34)

Há uma socialização progressiva das relações de dominação de gênero; primeiro ocorre uma construção sócio-simbólica da visão do sexo biológico e depois, uma política corporificada na *hêxis* corporal. Os corpos são construídos socialmente a partir de um trabalho coletivo de socialização do biológico. Essa construção é elaborada a partir de uma série de escolhas orientadas; há uma construção arbitrária do biológico, justificando uma divisão social do trabalho e do corpo.

O trabalho de transformação dos corpos é sexualmente diferenciado e sexualmente diferenciador. Seu objetivo é adestrar os corpos e produzir disposições distintas em homens e mulheres. O corpo é socialmente diferenciado a partir de disposições fundamentais, ou seja, a educação tende a inculcar maneiras de ser e de agir. Há inclinações e aptidões distintas, de acordo com uma identidade masculina e feminina, estimulando algumas práticas e inibindo outras.

As relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hêxis* corporais opostos e complementares e de princípios de visão e divisão. (Bourdieu, 2005, p. 41)

A dominação masculina impõe limitações e obrigações para o uso dos corpos. Há uma organização simbólica do corpo, prescrita na ordem social. O corpo é onde se estrutura a dominação e por onde ela é legitimada, pois há a naturalização de uma ética, a naturalização dessa construção. Esse trabalho coletivo de socialização difusa e contínua da arbitrariedade cultural se institui e se encarna no *habitus* claramente diferenciado segundo os princípios de visão e divisão dominantes. São estruturas sociais e mentais inscritas no corpo de homens e mulheres, capazes de fazê-los perceber o mundo através desses princípios.

O mundo social constrói o corpo como uma realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes. Os pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com essas estruturas (relacionadas à dominação) que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são sobretudo atos de reconhecimento.

Com o corpo socializado pela mesma ordem, a masculinidade está no *habitus* tanto do homem com da mulher. A visão androcêntrica inculca na mulher todas as propriedades

negativas que a visão dominante atribui a sua natureza, e cabe a ela assumir uma postura de submissão, a qual é imposta às mulheres.

Entretanto, Bourdieu argumenta que os homens são tão vítimas da dominação como as mulheres, pois se as mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a negá-las, aos homens é imposta uma identidade que inscreve em sua natureza biológica pressupostos de virilidade, afirmação e honra (BOURDIEU, 2005). Assim, os gêneros são construídos como duas essências sociais hierarquizadas. A educação age de modo a preparar as mulheres a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis as prescrições e proscricções arbitrárias que estão inscritas na ordem das coisas e imprimem-se na ordem dos corpos.

O pensamento dominante alastra-se pelo mundo social de forma naturalizada. Nesse sentido, Bourdieu enfatiza a eficácia do poder simbólico na dominação masculina, de maneira que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção” (BOURDIEU, 2005, p. 18). A visão androcêntrica é continuamente legitimada pelas práticas que ela determina, por isso dispensa justificção, na medida em que os esquemas de pensamento feminino são iguais aos dos homens. Assim,

(...) as próprias mulheres aplicam a toda realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (Bourdieu, 2005, p. 45)

A primazia dada ao homem na objetividade das estruturas sociais torna a visão androcêntrica do mundo senso comum, pois é o sistema de categorias de todos os agentes, inclusive das mulheres. Havendo uma limitação das possibilidades de pensamento e ação

que a dominação impõe aos dominados, estes tomam para si o ponto de vista dos dominantes. Assim, as mulheres conspiram por sua própria dominação, pois aplicam a categoria dos dominantes às relações de dominação, legitimando-as e tomando-as como naturais (BOURDIEU, 1996).

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, a dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum. (Bourdeiu, 2005, p. 47)

É a violência simbólica que assegura a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação. É ela que legitima a submissão das mulheres, mascarando a assimetria das práticas e representações na aparência de um fundamento natural, submissão essa que lhes é socialmente designada e imposta.

Na sociologia da prática de Pierre Bourdieu a dominação masculina, ou outra qualquer, não pode ser vista como uma estrutura eterna. Há nos dominados uma possibilidade de resistência contra o efeito da imposição simbólica. Sendo estruturas, sobretudo históricas, são produtos de produção e reprodução, portanto passíveis de serem transformadas. Para o autor, não é suficiente tomar consciência dessas estruturas; é preciso transformar as disposições adquiridas pela reprodução, ou seja, mudar a ordem simbólica do mundo social. Dessa forma, há espaço para uma “revolução simbólica”, a partir de uma luta, também simbólica. Somente assim se pode transformar as relações entre os gêneros, subvertendo a ordem das coisas (o que envolve as estruturas materiais e as categorias de percepção).

O mundo social é indeterminado e fluído; é nesse sentido que Bourdieu aponta as bases para as lutas simbólicas de subversão das estruturas. Para mudar o mundo, segundo o autor, é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo (revolução simbólica), ou seja, mudar as visões de mundo e as operações práticas pelas quais os grupos se produzem e reproduzem (BOURDIEU, 2005). Há que considerar, porém, que Bourdieu, relacionando Marx e Engels (2004) em “A ideologia alemã”, aponta que os homens e as mulheres constroem o mundo social, mas o fazem com formas e categorias que foram construídas pelo mundo no decorrer da história.

O movimento feminista brasileiro nos anos 70 acompanhando as pressões fortalecidas em âmbito internacional desde os anos 60, se estruturou de forma a conquistar políticas públicas de atendimento às mulheres em situações de violência. Em São Paulo, em 1980, foi criado o SOS-Mulher, uma instituição que tinha por objetivo fornecer um atendimento humano e respeitoso às mulheres em situação de violência doméstica e sexual. Posteriormente, foram criadas as Delegacias Policiais de Defesa da Mulher (DEAMs - Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher). Nesse sentido, houve um avanço do pensamento feminista à medida que introduziram o mundo da lei, da justiça no âmbito privado (SORJ, 2002). Nesse sentido, delegacias como estas se transformaram em espaços de atuação privilegiada de mulheres policiais, aumentando sua visibilidade e consequentemente sua demanda.

O processo de inserção de policiais femininas, segundo alguns pesquisadores, também aparece como uma proposta de modernização das práticas policiais sob um contexto de crise. Calanzas (2004) e Musumeci & Soares (2004) tratam da inserção das mulheres na polícia militar, envoltas sob essa concepção, na qual se busca um novo perfil para a instituição policial, na tentativa de melhorar a imagem da corporação frente à sociedade.

Nessa perspectiva, a profissionalização do trabalho policial estaria associada ao ingresso das mulheres na instituição na medida em que se busca uma valorização da capacidade estratégica, maior técnica, inteligência nas operações, e sobretudo ações menos truculentas. O imaginário social construiu as mulheres como não violentas, mais educadas e gentis, e por isto estas teriam um papel essencial no “novo modelo de polícia”, na medida em que um contexto de transição para um regime democrático a polícia demandaria um espaço cada vez mais intelectualizado e de maior qualificação. As mulheres seriam incorporadas por atenderem as características por ora fundamentais de maior flexibilidade, maior capacidade de diálogo e eficiência na resolução de conflitos, humanizando as relações entre polícia e comunidade.

A Polícia Civil do Rio Grande do Sul se caracteriza como um “gueto” ocupacional predominantemente masculino, no qual se enumera uma parcela da força de trabalho que atinge 72,5% (DIVISÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL, 2005). Falar de trabalho policial é falar, portanto, de um trabalho tido como masculino, como se pode observar na Tabela 03.

Tabela 03 – Distribuição do efetivo da Polícia Civil por cargo e sexo – Rio Grande do Sul, 2005

Cargo	Homens	Mulheres	Representação das mulheres (%)
Delegado	298	79	20,9
Comissário	271	22	7,3
Escrivão	1327	757	36,3
Inspetor	1838	396	17,7
Investigador	485	102	17,4
Outros	91	289	76
Total	4318	1645	27,5

Fonte: Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. Cálculos elaborados pela autora.

Contudo, apesar de ser uma atividade majoritariamente masculina, o número de mulheres que tem procurado essa atividade vem aumentando progressivamente nas duas últimas décadas, ou seja, a partir da metade da década de 80. A inserção das mulheres na Polícia Civil do Rio Grande do Sul data de 1970, mas encontra-se limitada aos cargos administrativos (investigadoras, inspetoras e escrivãs). Somente em 1986, três mulheres assumiram o cargo de delegadas de polícia, que é o cargo mais elevado da Polícia Civil. Hoje, o contingente de mulheres delegadas na Polícia Civil do Rio Grande do Sul é de 20,9% (DIVISÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL, 2005).

Segundo Hagen (2005) até 1987 embora as mulheres participassem dos concursos, não obtinham aprovação, pois existiam mecanismos de exclusão discriminatórios embutidos na seleção, calcados numa hegemonia masculina. Somente a partir de 1997, quando os concursos para delegados de polícia são regulamentados na busca de uma maior transparência é que o número de mulheres aprovadas passa a ser crescente. Cada vez mais aumentam os números de mulheres inscritas nos concursos e aprovadas nestes, instaurando uma disputa equilibrada entre homens e mulheres.

Conceber as questões de gênero é ir além das identidades subjetivas e, compreendê-las como imersas e impregnadas pela ordem social em que estão inseridas. A história da mulher na polícia é um exemplo da exclusão, imposta às mulheres, de certas profissões. Nesse sentido, Lenoir (1997) afirma que as mulheres policiais,

(...) ainda hoje, estão reduzidas a um pequeno número e são ainda mais relegadas a tarefas percebidas como 'femininas' pois esse universo masculino institui a 'virilidade' e tudo o que lhe está associado como qualidades profissionais. (Lenoir, 1997, p. 273)

O que pode sugerir que as mulheres ao entrarem na polícia tenderiam a voltar-se para atividades mais próximas de sua “natureza”, na medida em que o trabalho policial cria e recria valores objetivados no social. É o que Fonseca (2000) descreve como habilidades consideradas “inatas” nas mulheres e exploradas na inserção destas no mercado de trabalho: a organização, o cuidado e o ensino, tarefas específicas que se caracterizam como extensões do mundo doméstico.

A tabela 03, anteriormente apresentada, demonstra que grande parte das mulheres policiais estão alocadas nos cargos de escritãs cuja função é bastante burocrática, bem como no cargo de delegadas de polícia o qual reflete uma maior participação das mulheres nas carreiras de nível superior. Dados do IBGE (2004) demonstram que a escolarização entre as mulheres é crescente frente ao aumento do número destas em cursos universitários.

A inserção feminina na instituição policial, um campo de primazia masculina, a conversão dessas mulheres à cultura policial, ou, alternativamente, a emergência de uma nova visão acerca da cultura policial são elementos fundamentais da análise aqui empreendida, pois pretendeu-se contribuir para dar maior visibilidade às percepções de delegados e delegadas acerca das suas práticas profissionais e das relações sociais de gênero nos locais de trabalho.

O percentual de delegadas de polícia representa, no Rio Grande do Sul, uma das participações mais baixas do país (SADEK, 2003). Embora se trate de um fenômeno recente, neste estado a participação de mulheres como delegadas de polícia está se ampliando. Em um dos últimos concursos para delegados de polícia, realizado em 2004, as mulheres constituíram 54,72% dos aprovados (DIVISÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL, 2005).

Apesar do aumento da presença de mulheres na Polícia Civil, os cargos mais elevados da hierarquia profissional continuam sendo ocupados por homens. Há dificuldades, entre as mulheres, de assumir funções de direção na polícia, já que elas demoram mais tempo para serem promovidas, como salienta Hagen (2005).

Tabela 04 – Distribuição dos delegados da Polícia Civil por classe e sexo – Rio Grande do Sul, 2005

Classe	Homens	Mulheres	Representação das mulheres
			(%)
Primeira Classe	21	24	53,3
Segunda Classe	109	38	25,9
Terceira Classe	113	16	13,4
Quarta Classe	55	1	1,8

Fonte: Polícia Civil. Departamento de Administração Policial. Cálculos elaborados pela autora.

Embora as mulheres tenham passado a integrar o cargo de delegado de polícia mais tardiamente, ao comparar o tempo de promoção no maior cargo da hierarquia policial, delegado de quarta classe, Hagen (2005) constata que as mulheres levam mais tempo para serem promovidas.

A dificuldade de ascensão apresenta-se como uma resistência de inserção encontrada pelas mulheres em uma organização secularmente masculina. Como a mulher não seria um representante potencial dos ideais e valores da instituição policial, esta presença seria uma ameaça. Configurando-se uma reação às mulheres a essa profissão, segundo Nummer (2001), a entrada das mulheres na polícia militar é considerada por alguns policiais masculinos como uma espécie de desvalorização da instituição por "causas naturais".

A inserção das mulheres no espaço policial colocam em xeque as formas tradicionais do trabalho policial. O reconhecimento pelos pares e pela sociedade, o acesso a posições de poder efetivam concretamente o enquadramento das mulheres nesse espaço. A progressiva incorporação das mulheres na polícia em uma participação cada vez mais ampla aliada a ineficiência de sua atuação enquanto instituição torna-se um desafio para a Polícia Civil e a sociedade, e coloca em debate a atividade policial em si.

3- A MULHER COMO POLICIAL

A análise das entrevistas representa as percepções de delegados e delegadas da Polícia Civil acerca da mulher policial. Desta forma, o conteúdo das entrevistas foi agrupado em torno de duas dimensões analíticas. “A policial como mulher” é a primeira delas, em que se buscou verificar de que modo o trabalho da mulher policial é reconhecido e em que medida estas sofrem dificuldades ao adentrarem neste espaço historicamente e socialmente masculinizado.

A participação das policiais femininas na Polícia Civil do Rio Grande do Sul teve início na década de setenta, limitando-se aos cargos administrativos (investigadoras, inspetoras e escrivãs). O número de mulheres que fazem parte do efetivo policial se expandiu progressivamente e com isso essas também foram incorporadas no cargo mais elevado da Polícia Civil, em 1986, três mulheres assumiram o cargo de delegadas de polícia.

A primeira turma de mulheres delegadas de polícia contava com apenas três alunas. Como podemos perceber no quadro abaixo com o período de nomeação dos delegados, percebe-se que essa experiência foi vivenciada por quatro dos entrevistados que participaram desta primeira turma, entre eles uma dessas mulheres pioneiras, que

conseguiu adentrar em um espaço preferencialmente masculino, assumindo uma das mais importantes carreiras da segurança pública.

Quadro 01 – Distribuição de delegados segundo a data de nomeação

Delegado	Sexo	Ingresso
08	M	1970
11	M	1975
18	M	1978
01	M	1983
03	F	1986
05	M	1986
16	M	1986
20	M	1986
04	M	1990
09	F	1990
12	M	1990
10	M	1991
02	F	1992
14	F	1992
19	F	1992
06	F	1999
07	M	1999
13	F	1999
15	M	1999
17	M	1999

As mudanças nos padrões sociais propiciaram que as mulheres conquistassem uma maior participação no mercado de trabalho. A escolaridade crescente possibilitou um aumento do número de mulheres com o curso universitário e com isso o ingresso em carreiras de nível superior (BRUSCHINI; UNBEHAUM, 2002). Dessa forma, os homens passaram a enfrentar a concorrência feminina em postos de comando e em funções de elevada especialização.

Na Polícia Civil não foi diferente, a exigência do curso superior em Direito e um maior rigor e transparência no concurso para delegado, eliminando práticas seletistas que excluía mulheres, possibilitou a progressiva incorporação destas na Polícia Civil (HAGEN, 2005). Nesse sentido os entrevistados destacam o impacto desta mudança vivenciada por eles:

Eles eram muito exigentes e tal. Eles dificultavam muito a entrada de mulher, mas já começaram a entrar as primeiras, né? Então, no começo, o pessoal repelia essa idéia de mulher na Polícia. Eles não admitiam isso aí : “bah, mulher na Polícia. Como é que vai fazer ? Isso não existe. Isso não pode!” Mas aí, por força da política, por força de legislação, as mulheres foram entrando, né? (Delegado 08)

A gente era a parte, porque era uma coisa nova e a gente não sabia como é que iria ser a reação, tanto tempo... anos só homens! (Delegada 03)

Havia somente três delegadas no estado todo e a minha turma de delegadas foi a segunda turma e daí teve aquele, não vou dizer machismo e discriminação, mas aquela coisa, assim, tipo novidade... (Delegada 02)

Embora seja crescente o ingresso de mulheres como delegadas e nos demais postos, o Rio Grande do Sul ainda apresenta uma das menores proporções de delegadas de polícia do país (SADEK, 2003). No entanto, nos últimos dois concursos (2004 e 2006) às mulheres superaram o número de homens em aprovação (ACADEMIA DE POLÍCIA/DIVISÃO DE CONCURSOS, 2007).

As motivações

As motivações para a procura da carreira ligada a Polícia Civil para ambos os sexos são recorrentes, perpassa desde características de ajuda a sociedade, o sentir-se útil, a figura do herói, a perspectiva de um trabalho novo e excitante ao fator estabilidade.

O trabalho na sociedade moderna se mostra como um fator de crescente preocupação entre homens e mulheres. A busca por empregos estáveis, que estejam associados a planos de carreira, faz com haja um aumento na demanda pela carreira estatal (ABRAMO; ABREU, 1998). Nesse sentido, a estabilidade desde o início, se sobrepôs ao conhecimento da realidade do ofício de polícia.

Então eu fiz vários concursos. Fiz concurso pra prefeitura, fiz concurso pra Fazenda do Estado, fiz concurso pra Polícia. Os concursos que abriam, eu ia fazendo e fui aprovado em alguns. Alguns não me chamaram. Fui aprovado, mas fiquei na lista pra ser chamado e tudo. E lá pelas tantas o que me chamou primeiro foi esse concurso pra delegado, sabe como é esses empregos te dão uma certa segurança. (Delegado 08)

[...] ser um emprego público é um... é uma vantagem que a gente não pode menosprezar. É uma estabilidade, é top ser funcionário público. (Delegada 06)

Os antecedentes familiares também marcam, principalmente os homens, como um elemento crucial nas motivações e incentivos a seguir a profissão. Ter parentes vinculados à Polícia Civil ou áreas afins, principalmente para aqueles com ingresso anterior a década de 90 foi considerado um elemento importante intervindo na escolha profissional. Entretanto entre as mulheres essa relação é pouco marcante, apenas uma das delegadas aponta o aspecto parentesco como fator importante para a sua escolha profissional.

[...] é histórico, né? O pai era policial, tio policial, sabe? Motivação familiar, sabe? Incentiva e, nesse sentido, começou com a própria família. Já tinha. Tem vários policiais na família. Isso motiva e incentivou. (Delegada 02)

[...] o meu pai era policial. É policial aposentado. Ele foi guarda civil, foi inspetor de polícia, inspetor de quarta classe. Depois delegado. Foi delegado corregedor. E na época quando abriu o concurso esse de investigador ele ficou sabendo e me informou. (Delegado 12)

Grande parte dos delegados e delegadas de polícia entrevistados que ingressaram durante as décadas de 70 e 80 provinham de dentro da Polícia Civil: investigador, escrivão e inspetor de polícia ascendiam ao cargo através do concurso público e dispositivos legais que facilitavam essa ascensão. Para ambos os sexos a experiência anterior na polícia como inspetores e escrivãos impulsionou a decisão de ser delegado, pois chegar a esse cargo significava ascender na carreira, mesmo na época em que os salários se equiparavam, ou seja, não havia tamanha distinção salarial como é hoje entre delegados, inspetores e escrivãos.

Prestar serviço à comunidade também aparece como característica fundamental para a escolha da profissão, principalmente para as mulheres, que das sete entrevistadas seis destacaram o trabalho em prol da defesa do cidadão como um aspecto relevante, enquanto apenas dois homens o citaram. A possibilidade de ajudar as pessoas faz parte do estereótipo socialmente construído à mulher, como se esta tivesse uma vocação à assistência e a prestação de serviço.

Nesse sentido, a incorporação das mulheres na Polícia Civil é percebida pela maioria dos delegados como uma necessidade de atender públicos diferenciados, pela valorização de um novo tipo de polícia e a conquista de maiores espaços pelas mulheres, pelas delegadas. O discurso inicial apareceu atestando a competência das mulheres e a não discriminação:

A Polícia Civil necessitava de mulheres, era complicado... tem coisas que a mulher faz muito bem! A delegacia da mulher mesmo é muito melhor quando comandada pelas mulheres, o tratamento é melhor as vítimas. (Delegado 20)

[...] hoje, a nossa atividade não depende mais de força bruta. Nossa atividade é, hoje, muito mais de... Quem sonha com uma polícia moderna e pensar em força bruta, tá muito enganado. As atividades são de inteligência. Hoje em dia, não adianta tu ter um bom investigador na rua se tu não consegue fazer uma boa representação pra uma prisão, uma boa representação pra uma interceptação telefônica ou pra uma quebra de sigilo bancário. Não adianta. [...] O perfil do policial mudou muito, principalmente depois da Constituição de 1988 que mudou as regras. As mulheres sendo inteligentes, ou seja, passando no concurso e realizando o treinamento, ta preparada! Ta preparada! (Delegada 09)

Treinamento e uso da arma

O treinamento dos delegados de polícia é marcado pela transmissão de códigos culturais onde se forma a identidade policial. A reprodução da cultura dominante é um padrão de socialização da carreira, é muito difícil, inculcar no jovem policial, hábitos diferentes daqueles dos colegas antigos. Os valores que se destacam sobrepõem à força física, a virilidade, a bravura e o heroísmo, os quais marcam bastante o ideário do trabalho policial, como visto no primeiro capítulo.

Em um primeiro momento os entrevistados enfatizaram que o treinamento era igual e em nada se diferenciava para o efetivo masculino e feminino, mas ao longo de suas falas a denúncia de uma certa cobrança, ou de uma certa ironia quanto as suas capacidades físicas vinham a contradizer suas opiniões.

O tratamento foi bastante intenso, muito treinamento de tiro, de atividade física, nós tínhamos desde natação, da corrida na rua, em aberto, desde a ginástica para o combate, até isso a gente fazia, de tudo. A turma que mais... sabe? Um projeto novo, houve uma cobrança muito grande [...] eram homens que davam aula, eram todos masculinos. (Delegada 03)

É igual, tu atira igual, tu é cobrado igual, só tem exercícios, o apoio, que tem o apoio feminino, mas tu tem que correr, dar tiro com arma pesada, com arma

leve, defesa pessoal, tu tem que entrar em luta, para aprender os movimentos, é bem complicado... Ao mesmo tempo que eles te cobram, te recriminam por certas coisas... (Delegada 06)

[...] o treinamento era igual ao masculino. Só claro, assim, o teste físico, o teste físico ele tem... exige um pouco menos, até porque a estrutura da mulher... então tem toda uma tabela que é de acordo com o homem e com a mulher. (Delegado 20)

[...] dependendo da instrução... cobraram mais da mulher, uma arma mais pesada tu ficava toda duída, e eles caem em cima de ti. (Delegada 19)

Neste último depoimento podemos ver uma questão que é bastante delicada e motivo de tensões entre homens e mulheres na Polícia Civil: o uso da arma. Embora nem todas as atividades da profissão demandem o uso constante da arma, seu uso é obrigatório por lei. Sob esses aspectos, muitos delegados homens salientam a importância do uso contínuo e a negligência, principalmente das mulheres em não usá-la. O que acarreta até mesmo, em uma falta de confiança na atuação feminina.

De vez em quando é complicado, porque... quer dizer, é complicado isso, porque o homem é mais fácil usar uma arma na cintura. Pra mulher ela não usa uma arma na cintura, ela prefere usar numa bolsa. Claro, que quando elas estão operacionalmente, por exemplo, na missão elas tão portando ostensivamente, aí põe, mas fora dessa rotina elas não portam a arma ostensivamente. Eu vejo um problema, porque isso muitas vezes esta inacessibilidade momentânea da bolsa, propicia uma ação em que ela não tem como reagir, né? [...] Então de vez em quando elas não tem essa familiaridade com a arma. E isso é problemático. Isso é problemático. [...] Aí põe em risco a vida dela e do colega, né? Daí o colega nunca vai querer sair com essa... com essa pessoa. Independente se ela for homem ou se ela for mulher. Só que a maioria, várias mulheres... (Delegado 15)

[...] as próprias mulheres, né? Se freiam na atividade policial. Por exemplo, quando eu cheguei aqui nessa delegacia, das que eu trabalhei até hoje é a que tem mais mulher, um grande número delas sequer andava armada, mas por sua própria opção, ou preferia escolhas burocráticas e até tu diz: olha, tu é policial! Tu pode ter combate. Leva elas pra atirar, pra treinar e tal. Aí, acaba de certa forma... mas tem aquelas que não andam armadas, optam por não andar. (Delegado 07)

A arma é um símbolo da masculinidade. Para um homem, é bastante comum o uso e quando não o é, é difícil para eles falar sobre tal. O que os delegados e delegadas

demonstram é que as mulheres além da questão física também sofrem uma dificuldade de cunho psicológico e social para o uso. A mulher não estaria preparada para efetivamente fazer o uso da arma. Para alguns delegados a negação do uso da arma pela mulher é uma característica “natural” desta, na medida em que a mulher “instintivamente” rejeita a violência.

É, as mulheres elas tem um pouco mais de dificuldade, né? De atuar nessa área específica. Eu atuei como professor do uso da força e da arma de fogo, a gente percebe que elas têm um pouco mais de dificuldade... (Delegado 12)

Não há problemas. No começo ela tem uma reação. A mulher, instintivamente, tem uma rejeição à violência. Elas não aceitam violência. Então, a arma pra elas é um objeto de violência. Então, elas tem no começo, uma rejeição. Aí, então, o trabalho da Academia é que elas se adaptem e usem aquele instrumento como defesa. Tem que fazer a cabeça delas pra dizer: não, isso aqui não é pra agredir. Tu não vai chegar lá, pegar a arma e começar a matar todo mundo. Tu vai te defender. É a tua defesa. E aí elas passam a ter uma familiaridade com a arma e fica normal. Usam normalmente. (Delegado 08)

A violência pra mulher é um problema! É um problema pra mulher enfrentar a violência do marginal, né? A violência de assaltantes, de traficantes, né? E que o ideal então seria que a mulher realmente, dentro das condições que ela tem psíquicas... talvez até por ela ser mãe e por ser um ser mais... diferente do... eu acho que elas são diferentes, emotivas, né? (Delegado 11)

As mulheres delegadas, no entanto não admitem tal despreparo, ou quando admitem, salientam que não são apenas as mulheres que estão despreparadas para usá-las, mas os homens também. A falta de recursos para reciclagens e treinamento constante, é o fator preponderante na avaliação destas delegadas.

Tudo é igual. Desde o tempo da Academia, defesa pessoal, todos os exercícios iguais, de peso, de corrida, subir corda, corrida de velocidade, corrida de resistência e uso de arma de fogo. Todos iguais também. Inclusive tem vários módulos, desde uso de revólver, de uso de pistola. Tudo é igual, homem e mulher. (Delegada 06)

Tem o mesmo treinamento que tem um policial masculino, né? Tem o mesmo treinamento é tranqüilo, todos usam a arma até por questão de imposição legal,

né? Que tem que usar uma arma, né? E não tem nenhum... muito pelo contrário, as mulheres até gostam bastante de andar armadas. (Delegada 09)

Se tu ta numa atividade que te exige menos o uso da arma, tu vai esquecendo de usar essa arma, não vai tanto... um preparo pro teu... naquilo que tu aprendeu, não vai reciclando e aí tu começa a só botar arma na bolsa, daí depois tu já vem trabalhar sem arma e aí... quando precisa usar tu não sabe usar. Então assim, isso independe da... homem ou mulher, lógico que menos os homens do que as mulheres, mas... mas eu acho que... se precisar elas sabem usar eu acho, se precisar elas sabem. Talvez algumas menos outras mais... Não, mas isso elas sabem, tem que andar armadas principalmente quando tem que trabalhar, deveria sempre vir armada. Não tem diferença isso. (Delegada 19)

O fato de ter demarcado o universo da pesquisa em delegados e delegadas, os quais comandam a Polícia Civil, demonstra principalmente a cobrança em que se instaura, em algo, que deve ser obrigatório aos policiais, na medida em que há uma lei que exige o uso da arma. Nenhuma delegada relatou a dificuldade de portar uma arma, o que pode ser entendido nesse sentido. Entretanto os delegados sentiram-se à vontade para criticar as mulheres, incluindo delegadas que deixam de cumprir tal obrigação.

A violência

A violência aparece como parte da instituição cultural da Polícia, concretizada em suas práticas arbitrárias denunciadas ao longo da história. Esta violência é acentuada pela impunidade e significativa legitimidade institucional que reproduz tal prática. A dimensão do trabalho policial é o exercício da violência física legítima, enquanto prática social, ilustrado pelo excesso de poder. É o que Tavares dos Santos (1995) refere à violência enquanto uma norma particular remetida ao grupo. A violência assim é parte desse grupo e

por isso é aceita e legitimada por este. Nesse sentido, as manifestações de violência são aceitas no espaço policial, e há até mesmo um certo apoio popular, principalmente daqueles grupos que se sentem vítimas de camadas mais baixas da população. O que significa que a violência policial não é apenas uma disfunção institucional, mas também um padrão cultural imerso na sociedade, a qual deslegitima os direitos civis e sociais.

A força e a convivência com o perigo se constituem, nesse sentido, como traços identificadores e estruturantes dos que integram essa atividade profissional. A vivência do medo faz com que os policiais criem mecanismos de defesa observados pela banalização dos riscos a sua integridade física, visto que aceitam como algo natural e presente no seu cotidiano. Encarada a partir dessa perspectiva a convivência com o risco passa a ser parte integrante de sua existência.

Dejours (1992) fala da ideologia defensiva contra o medo refletido nessa atitude de desprezo pelo risco e até um certo gosto pelo perigo. “As atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco” (DEJOURS, 1992, p.70). Tais atitudes podem ser observadas na fala do delegado:

Eu já acho que o que diferencia a nossa atividade das demais é isso aí, o risco. É uma coisa que te dá uma satisfação, sim. Sem querer ser masoquista, é claro, né? Mas te dá... te empolga, te estimula. (Delegado 20)

É interessante quando a gente vai numa ocorrência e há um risco em si. E quando não acontece nada depois a gente dá risada, comenta. (Delegada 19)

O medo é presente nessa categoria profissional, pois embora não seja constante, a exposição ao risco relacionados a sua integridade física, permeiam o cotidiano desses indivíduos. Esta sensação de medo é retratada nos depoimentos a seguir:

Tem ocorrência que não oferece tanto risco de vida e tem ocorrência que oferece risco de vida. A gente vai, mas vai naquela de... o pessoal fica com medo. Para mim não existe aquele policial que é sangue azul, que não tem medo, não existe. Na hora que a bala pega... (Delegado 20)

Mas não tem quem não fique. Eu não acredito no homem vim falar numa situação dessas, um confronto feio, de um tiroteio e vem me dizer que não ficou com medo. Eu não acredito. Se falar pra mim eu digo que está mentindo, eu não acredito que tenha, não acredito mesmo. (Delegada 06)

Inclusão e exclusão no espaço policial

A mudança estrutural que a Polícia Civil sofreu com a entrada de mulheres, comportou inúmeras consequências para a organização policial. Uma delas foi o impacto da convivência policial homem e mulher no cotidiano da instituição. A incorporação da mulher neste espaço historicamente masculino impôs a convivência entre homens e mulheres alterando as práticas profissionais devido à necessidade de convivência. Uma dessas mudanças diz respeito às normas de conduta desses policiais, os comportamentos dos policiais masculinos se modificaram frente à presença de mulheres nas delegacias. O significado da presença feminina em um ambiente exclusivamente masculino denota justamente as relações de poder/dominação que aí imperam.

[...] a presença da mulher trouxe bastante problema no início, a presença de uma mulher, acho ainda que hoje tá ameno, mas ainda tem pessoas que estão se adaptando (Delegado 20)

As piadas e a ironia frente à perspectiva masculina da incapacidade de “ser policial” às mulheres foram emergindo em situações diversas. O que segundo Bourdieu (2005), pode ser interpretado como uma reação contra a entrada das mulheres nesse espaço, desvalorizando o grupo feminino o homem estaria atestando sua hegemonia na

instituição. É a luta por posições sociais num espaço já estabelecido, cabe aos homens conserva-lo e preservá-lo.

No inicio até mesmo pelos boatos, jogam algumas letrinhas... Isso é algo que nós, hoje já é costume, já estamos acostumadas... (Delegada 09)

Para os delegados a presença das mulheres na polícia acarreta uma preocupação ainda maior para os policiais homens, num combate que tenha a mulher na linha de frente, um homem sempre estará tentando proteger a mulher. Essa constatação é reflexo de uma construção social que responsabiliza o homem “forte” a proteger a mulher “frágil”.

[...] eles até têm mais respeito com as delegadas que com os delegados e esse senso de respeito e subordinação também se mistura muito com zelo. [...]. "Ah, mas a delegada não pode ficar sozinha". O pessoal tem ainda esse senso de zelo pela figura da mulher. (Delegado 17)

O reconhecimento de que as mulheres desenvolvem habilidades construídas socialmente como “naturais” (própria de mulheres), acaba por influenciar a imagem destas na instituição policial. No entanto, essa divisão sexual do trabalho reflete a efetiva dominação masculina deste espaço. É o que Bourdieu fala da “reprodução da divisão do trabalho sexual na divisão sexual do trabalho” (BOURDIEU, 2005). As tarefas associadas a extensões do mundo doméstico se mostram também como uma primeira tendência diante da feminização do mercado de trabalho. As mulheres se inserem no mercado com profissões que façam parte das habilidades “naturais” femininas (FONSECA, 2000). Nesse sentido, os papéis definidos na instituição são preferencialmente a reprodução daqueles instituídos socialmente. A diferença dos papéis masculino e feminino é marcado pela dominação masculina.

Que eu penso assim, tem diversas pessoas diferentes, tu tem que saber a personalidade delas e usar da melhor maneira. De repente tem um lá que realmente tem que sair espateando, é o cara que chega, sabe, resolve e tal, bate, encaminha, também tem que ter esse tipo de pessoa, mas também tem que ter um outro tipo de pessoa, tem que ter várias estruturas, e o feminino eu acho que tinha muito campo... No geral o feminino é uma pessoa mais dócil, uma pessoa mais tranqüila, para outros tipos de situações, que às vezes falta. (Delegada 13)

Ta dentro da... daquilo que elas poderiam fazer, elas tão fazendo um trabalho brilhante, um trabalho investigativo muito bom, né? Aquelas que não se... que na policia tem atividades pra, é... em diversas áreas, né? As pessoas que não se adaptam muito bem na área operacional, tem administrativas pra realizar um trabalho. Tem áreas, relações públicas, né? Tem área... na administração policial. Na delegacia de polícia tem secretaria, o que elas... nós sempre procuramos colocar aquelas pessoas, né? De acordo com o perfil delas naqueles locais em que elas se adequem mais, entendeu? (Delegado 12)

Não há problema de preconceito dentro da policia, eu nunca vi isso. As policiais femininas são tão competentes, eu não vou dizer tão competentes, são competentes iguais aos homens. O que a gente tem é alguém com o perfil mais pra... pra B ou C, situação A fulano, situação B, fulano... (Delegado 16)

Os delegados de polícia vêm a posição feminina nesse ambiente com restrições ao seu trabalho. Para estes as mulheres preferem funções mais protegidas e postos menos perigosos, como serviços de cartório, administrativo e postos como as delegacias do idoso e da mulher. Restrições estas sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação policial. Desta forma, nota-se uma discriminação, na medida em que se constata uma maior tendência em atribuir funções administrativas ou outras associadas ao mundo doméstico. Os delegados atribuem essas funções a características das próprias mulheres, para eles são elas mesmas que demandam tais funções.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, é vista como natural, e aparece objetivada no cotidiano do trabalho policial. Associada à fragilidade sentimental da vida privada, a policial mulher é caricaturada por este estigma. Por isso, percebe-se uma maior tendência das mulheres em ficarem dentro das delegacias, envoltas no trabalho burocrático. Isso amplia os valores subjetivos do olhar “naturalizado” em relação às

qualidades, habilidades e eficiência femininas. Entre as qualificações femininas, a organização é bastante presente, e é traduzida assim, neste espaço.

Olha, a mulher pro homem tem diferenças de habilidades, né? Mulher é mais é... as mulheres na polícia são mais do serviço administrativo e cartorial. Tanto é que é muito difícil tu encontrar uma delegacia, uma policial que saia a rua, em investigação, né? Embora tenha investigadoras na polícia... se conta nos dedos as... as policiais que são investigadoras, que trabalham na rua. Mas no cartório são... eficientes! Tão ou mais que os homens! Secretaria também, né? Então, o que eu observo é que a mulher nessa... nessa atividade de embate de rua ela não prefere muito, ela... aliás é um exceção [...] a gente nota que a mulher não tem essa vocação. (Delegado 11)

Muitas dessas policiais elas fazem concurso pra polícia imaginando que vão trabalhar num setor, elas querem trabalhar num setor. Tem umas que querem trabalhar com Criança e Adolescente, tem muitas que querem trabalhar com... na Delegacia da Mulher, na Delegacia do Idoso, tem muitas que querem trabalhar em delegacias de secretária, no setor de informática, no setor de tal.[...] tão muito fora de uma linha de frente então não vou colocá-las numa linha de frente, até porque são mais... não tem um perfil adequado pra uma linha de frente. (Delegado 16)

Discriminação, eu não vejo. Eu vejo que as próprias mulheres acabam, vamos dizer assim... não tô encontrando a palavra adequada para não ficar, assim, agressivo... não é se minimizando, assim. Como é que eu vou dizer? A grande maioria das mulheres, por exemplo, não atua na linha de frente. Então, elas mesmas preferem o serviço... As próprias mulheres não querem ir. Aqui, por exemplo, eu tenho metade do efetivo homem e metade de mulheres. Na atividade, na rua mesmo, não tem nenhuma. Elas ficam fazendo trabalhos mais administrativos por preferência. (Delegado 07)

A diferença sexual se dá através dessas lutas de poder, a policial feminina vai estar sempre ligada à debilidade na rua, ela é frágil para desempenhar as atividades fora da delegacia. Entretanto, nas atividades burocráticas é qualificada. Nesse sentido, há uma resistência dos homens para que as mulheres não assumam, as atividades “de ponta” no ofício de polícia, ou seja, as atividades de rua, com maior contato com a violência.

[...] a mulher hoje é a que trabalha mais interno, porque ela é mais organizada. (Delegada 09)

[...] eles até dizem: - vocês foram feitas para isso! (Delegada 19)

A mulher por ta mais centrada ela... ela é menos dispersa... por exemplo, a minha chefe de cartório é mulher. Minha chefe de secretaria é mulher. Então elas são mais organizadas, é... porque as coisas não precisam ser tudo cor de rosa, né? E ter vários lacinhos, tem que ser... porque rola muito papel aqui dentro... e as mulheres são mais organizadas, fazem mais devagar e tal. (Delegado 16)

Para alguns delegados coordenar uma delegacia majoritariamente feminina geraria uma série de problemas, pois seria trabalhar com um efetivo menor, pois o trabalho de rua estaria comprometido. Na atividade de rua é que se apontam os maiores problemas da atuação das mulheres dentro da Polícia Civil.

Olha, eu... eu tenho, eu gosto muito de trabalhar com mulher policial, funcionária. Principalmente cartório, eu... por exemplo, se uma permuta, na policia se fizer uma permuta de um funcionário pra uma funcionaria, eu aceito. Tem outros que não aceitam. Porque, exatamente, porque a mulher pra parte de rua, entende? É menos um funcionário em tese, né? [...] desde que fosse uma pessoa competente. (Delegado 11)

Eu observo isso, que a mulher investigadora não é... não é uma atividade que seja dela, né? Muito embora ela... a lei permita que ela seja investigadora, né? No caso investigadora não existe mais, mas inspetora de polícia, né? Mas não... na prática não se verifica isso, né? Agora quanto delegada sim, nós temos delegadas e tudo, né? Mas é que isso eventualmente elas saem nessas prisões, né? Então eu acho que quando é uma constante, uma atividade constante de risco de vida, Enfim... em relação ao homem, ela não seja adequada pra essa investigação constante na rua, trabalho constante de rua. Eventualmente sim. (Delegado 11)

A atividade da rua para mulher é reconhecida como fundamental apenas quando o trabalho investigativo se torna ineficiente apenas com homens:

Em várias investigações é bom, a gente sempre utiliza bastante mulher, porque dá menos na vista. É melhor tu entrar com um casal dentro do que ter dois barbados... Têm certos locais que os caras já... já olha assim: bah, esse é policia! Se for um casal já fica mais discreto pra investigação. (Delegado 16)

Entretanto, as delegadas se afastam de qualquer reflexão negativa a respeito da disposição de mulheres dentro da delegacia. Para estas a crescente participação feminina possibilitou a inserção das mulheres em todas as atividades, o que se apresenta como mais uma vitória feminina:

As mulheres estão atuando em todos os campos. Até, narcotráfico, no estado, quando foi criado o DENARC em 1997, eu fui a primeira delegada do Rio Grande do Sul a trabalhar na área do narcotráfico. Lá só operacional. E tem várias áreas que são ditas “perigosas” tem mulher atuando, e vou te dizer... Fazem o trabalho muito bem! (Delegada 02)

Quando iniciou, mas isso já tem anos, vinte anos, temos delegadas de quarta classe já, se uma mulher assumir a Chefia, vai ser a glória das mulheres, para mim particularmente vai ser uma realização. Eles não acreditavam, não estavam preparado para receber mulher na polícia, sabe? E vão ter que engolir, como diz o Zagallo, vão ter que engolir (Delegada 19)

As delegadas destacam a ascensão da mulher no comando de delegacias em que o efetivo é formado em maioria por homens. Destacam, as boas relações que há entre chefia e subalternos, mas logo aparecem relações de conflito entre os gêneros masculino feminino.

Eu comandeí, várias delegacias e eles dizem preferir o meu comando, de mulher, porque disseram que as mulheres são mais interessadas pelas relações humanas... deles também, porque a policia é muito assim, porque aqui eles esquecem o ser humano, só cobram (Delegada 13)

[...] tu tem que te impor pela tua qualificação e pela tua competência, com qualquer pessoa ali, para mostrar ao que veio... O homem tem tendência à proteção, não é discriminação, é proteção, eles tem medo que aconteça alguma coisa com elas na rua. Então eles estão numa diligência, mas ao mesmo tempo eles se preocupam em te proteger, é engraçado. Mas existe também a discriminação, mas aí tu como mulher tu tem que fazer sempre o dobro do que o homem faz para ti provar que tu é competente e que tu é capaz de fazer. Então é complicado. (Delegada 14)

Às vezes, elas se sentem discriminadas, entende? Elas se sentem discriminadas. Elas acham que são menos importantes, se sentem menos importante. Parece que a reação dos homens ainda é aquela : “Ah, tu é mulher. Não te mete. Tua opinião é secundária”. Existe isso, mas elas tão se impondo. Eu tenho participado de reuniões em que as mulheres tem tomado a iniciativa e impondo idéias que elas tem diferentes das dos homens. Então, tem os conflitos internos, né : “Não, isso aí é pensamento de mulher.” Mas elas tão bem agora. Tá havendo um equilíbrio. (Delegado 08)

Assim, modos de exclusão (determinados pela dominação) e inclusão se convergem e se confrontam neste espaço. O que segundo as policiais femininas acarretou “*para elas*” (policiais masculinos) uma certa “*inveja*”, assim como poderia representar uma “*ameaça*” para a instituição policial.

Daí dentro da Polícia Civil, o pessoal começou a dizer: pô! As policiais femininas estão se projetando! Que a característica do feminino é um pouco diferente do masculino, nós éramos extremamente corretas, até porque a mulher tem essa tendência de o trabalho... ser mais certinha e tal. (Delegada 09)

Existe algum preconceito, às vezes, em torno dessa questão da mulher policial, né? A Polícia é um pouco conservadora, mas eu acho que, são situações que são um reflexo da realidade social. A mulher tá ascendendo a todos os postos, né? E como a Polícia Civil é uma atividade pública e ingressa mediante concurso, é normal que as mulheres também estão correndo o mercado de trabalho, estão procurando sua profissão, que elas façam concurso e ingressem na Polícia Civil. (Delegado 18)

Segundo Nummer (2001), a entrada das mulheres na polícia (militar) é considerada por alguns policiais masculinos como uma espécie de desvalorização da corporação por “*causas naturais*”. O estereotipo da profissão é masculino, a virilidade, a força, coragem, capacidade de decisão, são atributos supostamente masculinos. As mulheres policiais podem ser tomadas como “*outsiders*” (ELIAS, 2000), novatas que passam por dificuldades “*naturais*” para desenvolver habilidades necessárias a profissão.

Embora o reconhecimento destas mulheres na instituição se dêem a partir das habilidades “*naturais*” dentro de padrões assistencialistas e organizacionais, as

características masculinas se sobrepõem a elas nesse espaço, onde a dominação masculina impera.

[...] tu cria características masculinas, de discurso direto, de ser direta no que tu vai dizer, não é mais que nem a mulher, tem características femininas que eu perdi, não a delicadeza, mais a questão do discurso, que a mulher usa muito a indireta, não é tu faz isso, a coisa é bem específica dentro da estrutura. (Delegada 19)

A dinâmica da atividade policial, as práticas e o seu funcionamento, linguagens e valores reconhecidos são baseados em modelos masculinos. Respalçadas na falta de modelos, muitas são as mulheres que, ao ingressar na polícia, interiorizam regras e ritos já elaborados pelo meio masculino. A masculinização apresenta-se dessa forma, como uma forma de reconhecer essas mulheres dentro deste espaço. As mulheres enquanto minoria adotam estereótipos masculinos, como a perda da feminilidade e a adoção de um discurso masculino. Desta forma, é reforçada a idéia do homem enquanto paradigma de emancipação e qualificação da competência profissional, neste espaço.

Eu acho que sim, o homem tem um domínio maior, ele é mais forte, eu tenho medo... eles (homens atuados) riem de nós, mulheres. (Delegada 09)

Em um primeiro momento o discurso aparece como parte de uma instituição que não dá brecha para competições ou impedimentos. Somente ao longo das entrevistas as policiais mostraram seus descontentamentos frente ao cotidiano do trabalho, para as delegadas o preconceito a que estão submetidas é mais visível no próprio meio policial do que na população. Há uma dificuldade em fazer-se ser ouvida, para cinco das delegadas entrevistadas uma mulher para se destacar tem que saber mais que o homem e estar sempre provando isto, um valor que só é reconhecido na permanente manifestação de sua competência.

Teste é o que mais tem, né? Mas depois sem problemas. A gente é muito respeitada com os agentes, com os colegas. (Delegada 02)

Acho que agora tá tudo igual, o pessoal fala em preconceito, mas eu acho que o preconceito vem de ti mesmo, sabe? Não me sinto, converso com meus colegas. Claro que eu não vou te contar assim oh, pega uma diligência, pega um tiroteio, se acontecer qualquer deslize, eu mulher, oh fazem um barraco, te pegam para palhaça, entendeu? Agora se tu se sobressai e age melhor que um masculino, fica como se nada tivesse acontecido. (Delegada 13)

[...] mas não é bem assim, depois tu tem que ralar mais, estar sempre provando que tu é capaz, que tu pode sim comandar... Daí é mais tranquilo. (Delegada 09)

Essa desvalorização para elas está refletida também numa maior dificuldade de ascender na carreira. Embora a maioria dos entrevistados, vejam como igualitárias as oportunidades de ascensão, as mulheres na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, não se distribuem de forma proporcional em todos os postos da carreira (SADEK, 2003; HAGEN, 2005). Elas levam mais tempo para ascender.

Mas quanto às promoções, possibilidade de subir, todos nós temos a mesma oportunidade. (Delegada 13)

Não é o que se vê. A nossa carreira hoje tem quatro classes. Tu entra na primeira classe e chega na quarta classe. Tá certo que o número de mulheres é bem inferior ao número de homens, o que já vem se invertendo essa tendência nos últimos concursos, mas isso não permite... Nós temos uma delegada de quarta classe e sessenta homens. Então, isso aí, se tu me perguntar se tem a mesma chance de ascensão, eu vou dizer que acho que não porque acho que tem preconceito bem grande. Eu não queria que ela fosse delegada, a carreira para a mulher é complicada (Delegado 17 - falando da sua mulher também delegada de polícia)

A vida privada

As dificuldades encontradas pelas mulheres além do espaço público, repercutem no âmbito privado, como Sadek (2004) constatou ao identificar os problemas das delegadas de polícia em conciliar a vida profissional e pessoal, nos moldes tradicionais da sociedade. A sociedade ainda espera que as mulheres sejam mais responsabilizadas pelos filhos, o que

impõem um limite adicional à carreira das mulheres, ou seja, uma mulher é vista como tendo menos tempo do que os homens para se dedicar à carreira policial.

Muitas vezes, se supõe que a vida pública e policial é própria dos homens, enquanto que as mulheres são destinadas ao espaço privado. Para alguns delegados o fato da mulher ter que se fazer constantemente presente no âmbito da família, impede que esta se dedique de forma necessária e suficiente para desempenhar um bom trabalho na atividade policial. Este é considerado um dos fatores discriminatórios que restringe o acesso das mulheres em cargos de chefia e atividades de liderança.

Muitas mulheres também, às vezes, também, eu não quero ser preconceituoso no que eu vou dizer, mas é uma atividade, em primeiro lugar, uma atividade de risco, é uma atividade que exigiria uma disponibilidade de tempo maior ou quase que exclusivo, se for desempenhado numa certa plenitude, né? E essa questão do tempo, às vezes, tem dificuldade porque a mulher já tem filhos. Tem o outro lado da questão, como cuidar de casa, ou sei lá, enfim. [...] Bom, até determinado horário, então, tem que buscar o filho na escola, levar aqui, levar ali. (Delegado 18)

O que atrapalha às vezes a atividade delas é os seus mala-maridos, os seus esposos que procuram marca-las por áreas, aquela pressão, né? Que de vez em quando ela tem que atravessar o dia, vinte e quatro horas, quarenta e quatro horas aqui dentro e isso pra ela não é bom pra ela na vida particular. (Delegado 16)

A única diferença que eu vejo é que a mulher é, ela por força das outras atividades que ela tem, a casa dela, né? Ela pode se expandir menos. [...] Assim, funcionário homem, né? Ele ta mais a disposição, estando mais à disposição, eu por exemplo, utilizo mais os homens... e isso trás uma... uma... uma facilidade, não é facilidade, um incremento na atividade de policia deles, né? Por quê? Porque eles já vão é... eles tem mais condições de crescer na polícia e a mulher não, a mulher não, é mais... ela ta mais sossegada, ela tem outros compromissos assim... ela chega no horário, mas ela tem que sair no horário. [...] Eu acho que isso pode atrapalhar que elas cresçam mais aqui dentro. Entende? E assim... se eu tiver que dar uma... sugerir uma promoção pra alguém, é... é lógico que eu penso em alguém que esteja prestando um serviço mais difícil... um serviço mais perigoso... Que sempre esteve mais disponível, que sempre esteve mais junto comigo, que se desdobrou final de semana, que ficou aqui durante a noite. (Delegado 16)

Nesse sentido, a falta de reconhecimento inscrita no cotidiano do trabalho das delegadas de polícia, conforme fica manifesta nos seus relatos, causa sentimentos de

angústia e insatisfação. No decorrer das entrevistas, as delegadas verbalizaram a existência de relações dentro da instituição pautadas em relações de desconfiança. Esse sentimento de desconfiança relatado é direcionado especificamente a pressão a que sofrem em relação ao comportamento esperado pela instituição policial.

A fala das delegadas, indica que as mulheres, como um todo, dentro da instituição sentem-se estigmatizadas em razão da profissão que exercem. Esse estigma está calcado na pressão a que estão submetidas e refletem uma face da desvalorização profissional a que se encontram.

A satisfação que a gente tem é dar o melhor de si. E o aborrecimento é tentar fazer o mais correto e ninguém reconhecer. Depois a pessoa pensa e vê que está correto, mas o nosso serviço é de momento, não é pensado, é o que acontece na hora. (Delegada 13)

O domínio masculino em espaços públicos é legitimado pelos costumes culturais. As mulheres, desta forma, encontram desafios para atuar em um espaço que, não apenas institucionalmente, mas também no imaginário social, é considerado uma prática masculina, ou seja, a sociedade também desvaloriza muitas vezes o trabalho da mulher policial.

[...] eu já ouvi na rua de tudo, machorrone, puta, vadia... é complicado... tu só quer fazer o teu trabalho. (Delegada 14)

Aí entrou um cidadão com aquelas botas de gaúcho, sabe. O chão de madeira, assim, fazia barulho. Sabe aqueles gaúchos gaudérios? Só faltava ele amarrar o cavalo ali na frente da delegacia. (risos). "Eu quero falar com o delegado", bem assim pro plantonista, né? E o plantonista: "Bom dia, senhor. Nós temos uma delegada, a delegada... Assumiu na semana passada aqui na delegacia". E daí esse cidadão parou na frente do plantonista, cruzou os braços, pensou... "Muito obrigada". Retornou e foi embora. Tá (risos). E a porta era bem na frente do meu gabinete quando eu vi o cidadão

bem pilchado, de chapéu alto assim, bem próprio de machista.
(Delegada 02)

Desta forma, o espaço policial se transforma em um meio hostil que não reconhece a mulher como profissional. Elas passam a se sentir marginalizadas e desqualificadas. Assim, vários são os fatores que dificultam a participação da mulher na polícia, tais como: a ambivalência feminina acerca do seu papel dentro da instituição, é necessária, entretanto ocupa preferencialmente atividades burocráticas e administrativas, uma divisão social de trabalho que reafirma estereótipos socialmente femininos; e o peso das tarefas domésticas que as aprisiona no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na polícia e em âmbitos de tomadas de decisões.

O comportamento social esperado para o gênero feminino não compreende um nível de agressividade que o exercício do ofício de polícia historicamente exige, despertando inevitáveis conflitos entre os diferentes papéis de gênero, ser mãe, ser esposa, dona de casa e policial. O atual desempenho dos papéis sociais das mulheres as coloca em constante conflito e exige a renovação de seus valores e comportamentos, as expondo a um constante desafio que lhes impõe uma busca incessante por alternativas de lidar com tarefas tão diferentes entre si.

4- A POLICIAL COMO MULHER

Neste capítulo busca-se analisar “a policial como mulher”, a forma como o trabalho da mulher policial enriquece o saber institucional heterogeneizando as relações de trabalho e satisfazendo a valorização, auto-afirmação e crescimento pessoal destas mulheres enquanto profissionais competentes, num espaço tido como desfavorável. Apesar de todas as restrições institucionais e sociais, o êxito das mulheres dentro da instituição policial é um fenômeno crescente, cada vez mais mulheres passam a exercer funções de grande influência. O que também sugere que as mulheres policiais estão assumindo lugar em uma instituição cujo ofício está marcado pela desvalorização social e política, refletido numa falta de confiança da população na polícia e na precariedade das condições de trabalho.

A entrada das mulheres nesse espaço social e historicamente masculinizado, não significa necessariamente que relações de preconceito ou discriminação se sobreponham em suas relações de trabalho. A inserção das mulheres na Polícia Civil desafia as definições de gênero existentes e aumenta sua visibilidade em profissões monopolizada por homens. A participação das mulheres neste espaço permitiu que muitos sulcos fossem abertos, abalando as estruturas já existentes, porém a possibilidade de desconstrução de estereótipos negativos, o respeito às diversidades e o alívio das tensões entre os sexos, tem que ser levado em consideração. As mulheres ao ter acesso a essa profissão proporcionam

a introdução e desenvolvimento de um número maior de mulheres nos espaços policiais, valorizando a carreira das mulheres e motivando novas experiências.

A participação das mulheres na polícia permite que se somem experiências e perspectivas às dos homens, acrescentando o diálogo e a possibilidade do trabalho conjunto entre os sexos. A democratização de gênero na polícia dependerá do crescimento da visão crítica de homens e mulheres acerca da consciência no enriquecimento de seus diferenciais para encarar os problemas sociais e institucionais enfrentados pela Polícia Civil, na busca de uma atuação policial mais eficiente.

Embora as mulheres sofram restrições relativas ao gênero no decorrer de sua trajetória profissional, características socialmente construídas como “naturais” femininas, tais como: inteligência, capacidade de resolução de conflitos, inovação e trabalho em equipe, perpassam a construção do novo perfil para uma polícia mais moderna e mais democrática. A nova concepção de segurança pública, principalmente pós constituição de 88, salienta a importância de políticas preventivas, do policiamento comunitário e de um maior diálogo no interior da polícia. Nesse sentido, a mulher policial se destacaria nesse novo perfil idealizado para um novo modelo de polícia.

[...] a delegada daqui é uma delegada. Eu não to vendo assim, na prática... Eu temia, né? Eu temia, porque... tem diferença, né? E na prática eu não to vendo diferença não. Até tem moças aí que tão chegando agora muito competentes. Claro, tem algumas que falta um pouco de experiência, né? Ficam emocionadas e tal. Mas tão se desenvolvendo bem. Pelo menos o que eu... eu não esperava tanto. (Delegado 10)

A mulher, ela é mais sensível. Ela trouxe pra dentro da Polícia essa sensibilidade. Então, ela amenizou o ambiente policial. O ambiente policial antes da mulher era muito bruto. Como era só homem, tu imagina, né? Os caras se tratavam assim... Se chamavam até de nomes. Depois começou a aparecer mulher no meio aí eles começaram, né? A ficar mais educados entre si inclusive. E atendimento as partes também, né? Eles não queriam também ficar abaixo, né? Então, a introdução da mulher na Polícia melhorou o ambiente, inclusive aquele ambiente de tratamento entre colegas. (Delegado 08)

As identidades de gênero se encontram em movimento e, em constante relação com as circunstâncias nas quais estão inseridos os indivíduos. Nesse sentido, mulheres e homens vão se instituindo, se formando, ao mesmo tempo em que agem sobre essa realidade. A convivência entre homens e mulheres dentro da instituição policial possibilita uma redefinição da forma de agir e de pensar o agente policial. Os policiais ressignificam suas identidades num reconhecimento de si e de suas ações pelo outro – tornando possível à construção de uma nova identidade.

Existem diferentes formas de ser homem ou mulher em uma sociedade, essas representações são delimitadas pelo seu contexto histórico que permite que as experiências se diferenciem (Meyer, 2001). Elas não estão cristalizadas e nem, rigidamente, constituídas de modo atemporal são produtos de processos de construção social que vivenciaram e no qual interferiram. Para Bourdieu (2005), as representações de gênero são estruturas presentes na ordem simbólica do mundo social, entretanto por serem produtos, sobretudo históricos, são passíveis de serem transformadas.

Porque é aquela idéia que o cara tem de ser bruto, né? Não, o policial não tem que ser bruto! O policial tem que ser sensível! Tem que ter sensibilidade, né? Coragem, mas também tem que ter sensibilidade, que é uma característica basicamente feminina, né? Então eu vejo assim, tranqüilamente a presença feminina é tranqüila e necessária dentro da polícia. (Delegado 11)

A ênfase na função social e comunitária da polícia favorece a nova composição por gênero. Os delegados e delegadas de polícia percebem a mulher policial com base nos atributos que são tradicionalmente considerados femininos: as mulheres são mais sensíveis, solidárias, dedicadas, leais, detalhistas, cuidadosas e organizadas, preocupam-se mais com a opinião de todos e com o social. Essas “habilidades” femininas para os delegados e delegadas enriquecem o trabalho policial, pois:

A mulher policial, eu até acho em outras profissões, ela é mais dedicada. Ela é mais responsável. Ela deixa afetar as coisas porque ela quer uma resposta. Ela é obstinada, não digo pra fazer justiça porque não é nossa competência, mas pra tentar resolver aquela situação, remeter esse procedimento à justiça pra ser julgado. Ela tenta, de uma maneira ou de outra, resolver os problemas que chegam até ela através de uma ocorrência e tal. Não que o homem não seja assim, o homem policial. Não, é que aquela coisa de mulher, sabe, que é mais afeto, que se liga mais nas coisas. Acho que também não é responsabilidade, mas a mulher é mais obstinada pra aquele objetivo, pro êxito, sabe. A meta dela é aquele eixo, aquele objetivo. Ela vai até o fim. É diferente, um pouco, do homem. Na Polícia, é diferente. (Delegada 02)

É, a mulher tem uma sensibilidade maior que o homem. Essa é a verdade na minha maneira de ver, né? A grande maioria delas tem uma sensibilidade maior que nós. O homem, por exemplo, ele passa patrolando, como eu digo, ele passa ao lado, muitas vezes, de determinadas coisas. Mulher é mais detalhista e tal. Então, eu acho, por exemplo, um inquérito policial é comandado por uma mulher, né? Ele tem, muitas vezes, em termos de qualidade, uma qualidade até, muitas vezes maior que uma qualidade de um inquérito policial produzido por um homem. É justamente por essa sensibilidade, justamente por essa, por ela se pegar mais aos detalhes e tal. Em uma investigação, nós temos que pegar os detalhes. Essa é a verdade, né? [...] Então, isso é muito importante e eu acho que a mulher tem essa sensibilidade de buscar essas coisinhas menores, né? Que o homem não consegue. (Delegado 20)

Conforme se depreende em alguns depoimentos as mulheres fazem-se necessárias na Polícia Civil, pois partilham de uma sensibilidade capaz de complementar o trabalho masculino. A mulher no comando mostra-se com um maior interesse pelas relações humanas. Valorizando a diferença e a democracia as mulheres enriquecem o trabalho policial, pois estão além da competência técnica, partilham de uma característica na qual transforma as relações de trabalho na instituição.

Para os delegados e delegadas de polícia a profissão exige habilidade para lidar com situações imprevistas e competência para o trabalho de investigação, saber trabalhar em equipe e ter conhecimento jurídico para preparar inquéritos de forma adequada significa ser um bom profissional neste espaço. O crescimento e a competência atribuído às mulheres caminham nesse sentido, são mulheres que provaram sua capacidade e demarcaram seu território dentro da instituição:

Elas estão indo para os lugares onde trabalham os homens e estão desempenhando até, às vezes, melhor que os homens, né? Nós temos poucas mulheres na investigação, na ponta, que já é um trabalho que vai direto na criminalidade. Tem poucas, mas tá aumentando. As mulheres que trabalham na investigação trabalham bem. Trabalham bem. Muito bem. (Delegado 04)

Nós temos várias mulheres delegadas de polícia que dão de laço em muitos homens delegados em termos de competência de trabalho, conhecimento do trabalho, vontade de trabalhar. Enfim, em todos os aspectos. É, eu acho que tanto o homem como a mulher tem plena capacidade de desempenhar tranqüilamente, comandar uma delegacia de polícia e fazer um excelente serviço. (Delegada 13)

Homens e mulheres policiais demonstram a satisfação de partilharem uma profissão que transfere a eles algo prazeroso, o fato de sentirem-se úteis e trabalharem em algo que não há rotina, em que há de se decidir corretamente e no calor dos acontecimentos. Nesse sentido os delegados e delegadas de polícia definem a profissão como extremamente gratificante:

É uma profissão tão apaixonante que tu vai exercendo a tua atividade profissional e aquilo tu vai gostando, porque um fato sempre, tu vai atender um homicídio, outro homicídio, mas nunca um é igual ao outro. É homicídio, mas os fatos, as circunstâncias são diferentes uma da outra. E isso tu renova, não cai no mesmismo, né? Então é uma atividade apaixonante. (Delegado 01)

O nosso maior prazer, pelo menos eu me sinto assim, é quando, no desenvolver de uma investigação, tu consegue chegar ao final dessa investigação descobrindo a autoria, né? A satisfação, assim, de elucidar um crime que é nossa finalidade, a finalidade da Polícia Civil. Descobrir a autoria e responsabilizando o autor do delito. Não existe satisfação maior. (Delegado 05)

As delegadas ao exporem a satisfação do trabalho policial assumem uma perspectiva caracterizada como feminina, a importância do cuidado, do ajudar a comunidade como um aspecto de suma importância e principalmente como uma forma de sentirem-se reconhecidas neste espaço.

O que mais agrada é quando tu consegue dar uma resposta pra uma vítima. [...] Quanto tu consegue resolver os problemas das pessoas e tu vê que as pessoas, pô! Reconhecem o teu trabalho, isso é muito legal. Fez a diferença, é gratificante. Então é... é gratificante tu conseguir fazer o que tu se propõe a fazer. embora as dificuldades que a gente vive. Também tem coisa boa... (Delegada 14)

Quando a gente consegue, né? Desvendar o crime... e ver que, não só pelo dever, né? Mas também pela gratificação de ver que as vítimas, pelo desvendamento do crime se aliviam um pouco, né? Daquela violência que elas sofreram... Então pra mim é gratificante também, não só pelo dever, né? De... de ter alcançado os objetivos que é apurar a autoria, é ver que as vítimas, né? Também se sentem aliviadas por aquela violência, pelo menos minoradas naquela violência que elas sofreram. (Delegada 19)

A Polícia Civil é uma instituição que busca modos hegemônicos de ser. Nesse sentido, sistemas de percepção e padrões de comportamento são interiorizados pelos agentes, os quais adquirem através do aprendizado institucional, um conjunto de disposições, o *habitus* (BOURDIEU, 1995). A identidade da instituição foi construída social e historicamente – ser policial significa incorporar um ethos e uma visão de mundo específica, os quais irão orientar o comportamento dos indivíduos. Há uma padronização de uma série de condutas – maneiras de falar, agir, pensar, possibilitando aos agentes policiais reconhecerem-se como representantes da Polícia Civil.

Esse pertencimento transfere aos delegados e delegadas de polícia uma vida fora da instituição similar, homens e mulheres partilham dificuldades de se desligar da atividade policial. Um indivíduo que ingressa na atividade policial tem sua vida demarcada por esta instituição:

É só em função da polícia, é só sobre polícia que eu converso, porque quem matou, quem roubou, entendeu? (Delegado 20)

[...] porque a gente tá sempre ligado. Vai sair, vai jantar, sai do carro, entra no carro. A gente tá sempre ligado, né? Tu não consegue, assim, "hoje eu vou sair com a minha família, jantar fora, eu sou a (x)". Não, polícia tá ligada. A gente tá sempre ligado nesse troço de Polícia. "Bah, tá tendo um assalto". Tu não consegue ficar inerte. Tu tem que agir. isso é de sangue já, né? (Delegada 02)

Polícia tu vai ser sempre, né? Tu não consegue separar porque, se tu tá numa roda de amigos, eles só querem falar sobre Polícia e tu tá na rua... em época de lazer ou alguma coisa assim. É... é que não tem. Tu tem um círculo de amizades. Aí, eles têm algum problema. Pra quem é que eles ligam? Eles ligam pra a gente, né? Não tem. Passa o fim de semana, é um quebra-galho pra cá, "oh, tô com problema. Roubaram meu carro", "arrombaram a minha casa", "me ajuda" e tal, mas isso faz parte, né? É inerente da função. Não tem como escapar. Tu é Polícia 24 horas por dia. Não consegue escapar disso aí. (Delegado 04)

As relações familiares e círculos de amizades também confluem nesse sentido, mesmo em casa, o ser Policial Civil torna-se o elemento constituidor destes homens e mulheres.

Meus filhos [...] eles acabam tendo aquela coisa de estar sempre se cuidando, eles vivem isso aqui dentro da delegacia, eles presenciam. (Delegada 09)

Olha, a gente tem que tentar separar muito. Pelo menos, eu tento separar. É um pouco difícil, porque a gente, o serviço policial em si, ele é muito... O serviço policial em si desperta muita curiosidade nas pessoas. Quando eu saio daqui, eu tento me desligar bastante da minha função policial que é muito estressante. Claro que é difícil. Eu tento separar. Muitas vezes, eu não consigo. Eu chego em casa, até porque a minha mulher também trabalha na Polícia comigo aqui. Então, muitas vezes, a gente leva problemas da delegacia pra dentro de casa, discute problemas de delegacia em casa. (Delegado 05)

Um dos motivos que levam os delegados e delegadas de polícia a sentirem-se na obrigação de manter-se em constante vigilância são as questões de segurança. A possibilidade de retaliação de algum indivíduo aparece como um dos fatores de bastante preocupação no cotidiano desses policiais.

[...] a gente tem que se privar, né? Tu não pode ir numa festa aí. Eu, pelo menos, não vou. Muita gente. Acabo indo para um barzinho, uma coisa mais reservada porque, no meio de um ambiente de três mil, cinco mil, tu não sabe quem é quem. Daqui a pouco, encontra um sujeito que foi preso ontem e pode pensar que...deu. Tu tem que se privar de muita coisa. (Delegado 07)

O problema de ser delegado é que nós temos certas preocupações, né? Temos certas preocupações, por exemplo, é... não é possível, mas é muito difícil, né? É muito difícil bandido querer vingança, né? Mas nós somos vulneráveis na parte familiar, então a gente tem pouco conhecimento da vizinhança, se dá e tal, mas... meio longe, né? Não frequenta muito o meio social de... as vezes procura se manter meio discreto, né? Não leva os filhos no colégio e tal... normalmente as mulheres que vão com os filhos, as esposas, né? (Delegado 10)

Para os delegados e delegadas de polícia embora a profissão esteja desvalorizada social e politicamente, é uma profissão que em virtude de um imaginário social que trabalha o policial como um “herói”, desperta a curiosidade das pessoas.

Eu sou delegado vinte e quatro horas. [...] As pessoas vão discutir como tu trabalha, eles querem saber as coisas, algumas histórias que existem aqui. Essas... esses... esses bastidores, essa vida de adrenalina, essa vida que eu levo, porque jornal vende polícia. Se tu for ver jornal, não tem jornal no mundo que não tenha página policial. Então isso vende bastante. Então as pessoas têm, a curiosidade do ser humano é bastante grande em saber essas coisas. Então eles também, eles querem saber como funciona. Então tem várias vezes que a gente... que eu quero falar sobre outras coisas, que eu quero falar sobre política, economia, falar sobre amenidades, contar piadas, essas coisas eu também quero, como qualquer ser humano. (Delegado 15)

O fato da... de eu exercer essa profissão que é uma profissão é... que aguça a curiosidade das outras pessoas, não a minha! As outras pessoas ficam curiosas de saber como é a minha profissão e... os casos que eu investigo, se deu algum caso assim, em Porto Alegre ou no estado eles já vem me perguntar alguma coisa a respeito disso... Então essa... essa... fora da minha... do meu horário de trabalho, aqui do meu ambiente de trabalho, muitas vezes me leva, as outras pessoas me levam a falar de polícia. Mas não que eu queira falar. [...] A gente... acaba muitas vezes falando bastante em polícia, porque as outras pessoas puxam o assunto, digamos assim. E vendo muito... todo mundo comenta... ta cada vez mais falado.(Delegada 03)

Um outro aspecto bastante recorrente nas falas destes delegados e delegadas de polícia é a questão do trabalho por turnos que também faz parte de uma das inconveniências do trabalho policial.

Ta sujeito a plantões extraordinário, serviços extraordinários, né? Ta sujeito a ser chamado mesmo não estando em plantão, porque se ocorreu um fato grave na área de circunscrição, mesmo fora do expediente ta sujeito a ser chamado. [...] Então é... para os familiares eles tem que... se acostumar que não existe uma rotina de horário, né? E aí os... com o tempo a esposa, né? Se acostuma com a idéia, porque é o ganha pão, né? Pra nós é o ganha pão da pessoa e... e é o ônus da profissão. Não é uma profissão que tenha horário fixo, ou seja, um horário... horário comercial que a pessoa tenha o seu horário fixo. O policial não tem horário fixo. E os familiares tem que se ambientar com isso, né? E com o tempo... é o problema do policial é aquela incerteza, né? Se o policial sai, se ele volta ou não. Porque é uma atividade de risco de vida, né? E realmente os familiares se preocupam.(Delegado 11)

Uma evidente sensação de falta de reconhecimento de seu trabalho emergem das falas dos entrevistados. Os delegados e delegadas de polícia entendem que a sociedade não reconhece os aspectos positivos e os esforços demandados por estes. Nesse sentido, expressam com clareza este sentimento nos seguintes depoimentos:

Geralmente a Polícia Civil é mal vista, ninguém reconhece o nosso serviço. Às vezes a gente acha que fez uma grande coisa, sabe que fez, mas tem uma grande parcela da sociedade que contesta, que acha que não deveria ser desta forma (Delegado 05)

É... aí a gente é muito criticado. [...] Nós somos tratados no geral, todo mundo com aquele... com aquela... como é que é, as redes de televisão elas colocam o policial civil como se fosse um marginal, nas novelas, nos filmes, e... isso a grande maioria são compostas de pessoas honradas, né? (Delegado 01)

A Polícia é uma profissão bastante desgastada. Todo mundo bate. A comunidade bate muito na polícia. (Delegada 14)

A questão da ineficácia da instituição policial, enquanto agente do controle social, fica ainda mais evidente quando a crise de funcionamento da instituição passa a ser fonte de discussão pública. O que assistimos com um pouco de perplexidade no início desse milênio é a quebra de hegemonia do Estado no que se refere à manutenção da segurança pública. Muitas das deficiências da polícia tem sido usadas pra transmitir uma imagem negativa à sociedade, estereotipando esses profissionais como indivíduos turbulentos, corruptos e insensíveis.

Eu digo que a sociedade nos vê como aqueles que não fazem nada, que são omissos, que são vadios e acho que uma outra parcela nos vê "ah, esses são os caras que batem, que são corruptos, que matam". Acho que isso se revela nas pesquisas de insatisfação com a segurança pública. (Delegado 17)

Dos relatos emerge um significativo anseio em mostrar-se aos outros e obter reconhecimento pelo seu trabalho, um reconhecimento social, a valorização do desempenho da sua atividade profissional.

Às vezes, eu gostaria de ser mais valorizado, né? Que é complicado. É difícil. Temos vários problemas com relação à instituição, vários problemas, mas, às vezes, a gente se sente meio desmotivado, assim, por não ser valorizado, mas isso aí faz parte de todo funcionalismo público, aí e tal. (Delegado 04)

Fora da polícia a gente tem uma vivência muito deturpada, a gente tem uma visão de polícia... quase como uma coisa repulsiva, sabe? E isso é totalmente equivocado. Nós temos policiais, noventa e nove por cento dos policiais são extremados na sua dedicação e no seu profissionalismo. Claro que temos

problemas, obvio. [...] uma imensa maioria de homens e mulheres dedicados ao seu trabalho que tão aqui e que gostam, porque tem um perfil de fazer isso e a nossa maior desmotivação é a falta de valorização, tanto dessa sociedade a quem nós pertencemos e a que nos tentamos proteger, fizemos o máximo... [...] Esse não reconhecimento pela sociedade do nosso trabalho ele é bastante desmotivador, porque as pessoas não vêem nós como uma polícia cidadã, uma polícia que ta dando segurança (Delegado 15)

Os delegados e delegadas de polícia consideram-se “usados” pela comunidade, que tenta cooptar a sua confiança oferecendo pequenos “agrados”. Esse comportamento denota o caráter individualista em que se estrutura nossa sociedade capitalista.

Muita gente gosta de fazer amizade com delegado... Caso contrário, se não tem nada, nem quer saber... Agora, se for assaltado na esquina, vai voltar correndo, querendo alguma providência... alguma coisa, mas não que goste. (Delegado 20)

Como diz o ditado, estamos na função de guarda-chuva, só é bom quando ta chovendo... (Delegada 19)

Muito valor quando a pessoa ta com algum problema. Quando a pessoa é vítima. Depois que ela não é mais vítima elas são criticas... né? (Delegado 10)

Outra questão explicitamente abordada pelos delegados e delegadas é a relativa a ausência de apoio da instituição. Os delegados e delegadas de polícia não apenas admitem a crise pela qual enfrentam como apelam por mudanças. Há grandes ressentimentos em relação à instituição policial pelas suas fragilidades internas. Tornou-se comum dizer que a polícia apresenta problemas, está em crise e enfrentando grandes obstáculos.

Hoje o policial ta sendo um descaso do governo, o governo não investe, não contrata, o governo não investe, não paga um salário decente, o governo não dá material, o governo não dá condições para a gente ter uma estrutura decente. (Delegada 13)

De forma unânime os relatos demonstram a manifestação da insatisfação e desconformidade com as condições materiais de trabalho. São porém, providos de uma

visão crítica sobre as possíveis causas que determinam essa precariedade, tais como a falta de empenho do governo nas políticas de segurança, refletido na falta de recursos e infraestrutura. Os delegados e delegadas de polícia apontam esta situação para as interferências políticas na instituição. É grande a insatisfação dos delegados de polícia com a submissão da polícia ao poder político.

A Polícia Civil, hoje, tá muito vinculada ao Executivo e a ingerências políticas. Achei que tivesse bem mais condições de trabalho do que se tem hoje. Hoje em dia, tu te frustra porque tu quer fazer as coisas e tu barra em limitações materiais, limitações pessoais. Nós não temos estrutura. (Delegado 17)

Eu fico muito desmotivado é essa falta de... de vontade, vamos dizer política de resolver problemas. Muitas vezes até tem vontade política, mas não tem recurso, isso também é bastante desmotivador. E a falta de valorização pessoal. A valorização pessoal tanto refletida no aspecto pecuniário como refletida no aspecto num elogio, num agradecimento... (Delegado 15)

Porque o gerenciamento de todo o estado, né? De... são dos políticos... e... e muitas vezes, né? Eles não, os políticos não sabem, não... Então a gente vê... falta de diálogo... então a gente vê esses políticos falando, esses sociólogos e filósofos aí: ah, porque tem que ser assim ou tem que ser assado, não sei o quê. Eles tão falando coisas que não, não retratam a realidade, não são soluções pra realidade atualmente e eles não são preparados, não vivenciam a nossa atividade, só que o problema é esse. Agora, uma coisa é certa, todas as vezes que a administração falha, os índices de criminalidade aumenta, o grande gerente de tudo isso é o governo! É o governo. (Delegado 16)

Os delegados de polícia pertencem ao grupo profissional da área jurídica mais sujeito a intervenções políticas. Para ascender na carreira é necessário receber uma promoção advinda do poder executivo. Essa forma de ascensão é percebida pelos delegados e delegadas como desmotivadora, visto que o que vale é ter influência política, sem importar muito a competência do profissional.

Essa realidade perversa de um ambiente marcado pela precariedade de condições materiais e humanas, destaca para os delegados e delegadas os obstáculos ao bom funcionamento da polícia civil. O exercício da atividade de policiamento apresenta-se no

limite quando o equipamento fornecido pelo Estado mostra-se insuficiente para permitir um bom desempenho.

A estrutura do Estado está falida hoje, né? Hoje nós estamos assim, com deficiência na polícia técnica, né? Que trabalha com a prova. Uma deficiência de pessoal. Então assim, de modo geral... a polícia enfrenta uma deficiência de bens materiais e recursos humanos. (Delegada 14)

Ultimamente nós estamos com muito pouco recurso, assim. A Polícia tá muito... não a Polícia, mas o estado tá quebrado, né? E aí atinge diretamente a Polícia e com o aumento da criminalidade. É difícil, né? Polícia se faz com dinheiro, né? Tchê? Tu tem que ter recurso tem que ter condições de trabalho, né? Então, e a questão é não viver sucateado. Nós temos que crescer! (Delegado 04)

Aliada a essa constatação observa-se também uma ausência de perspectivas de ação com vistas à melhoria dessa situação. Mas os delegados e delegadas de polícia clamam por mudanças na forma de tratamento da polícia e uma maior autonomia funcional e administrativa.

O nível de remuneração é outro fator que também revela o descaso do governo com a instituição policial, principalmente quando este se torna expressão de uma sensação de iniquidade salarial com relação a outras carreiras jurídicas, promotores e juizes e com outras categorias de servidores públicos estaduais.

O poder judiciário tá muito bem estruturado, o Ministério Público bem estruturado, mas a base de tudo na percepção penal, a base de tudo é a atividade da polícia judiciária, da polícia investigativa. E essa base não está bem estruturada, né? Então é como se construir um edifício em que a base do edifício não está bem, não está bem estruturada, não tá... não tem aquela estrutura que deveria ter, né? (Delegado 12)

E nós queríamos um salário condizente! Que o salário não precisa ser um salário altíssimo, mas um salário condizente pra todos, né? Tem categorias que estão ganhando bem, tem outras que ganham bem menos e a função é praticamente semelhante, não é muito diferente. São funções isonômicas, né? Atividades isonômicas. (Delegado 12)

Mais do que isso, um delegado da Polícia Civil não conta com o mesmo status dos integrantes do Ministério Público e da magistratura, sendo que para eles isso é injusto, pois essas outras atividades profissionais exigem o mesmo padrão de estudo, mas não envolvem riscos de morte e confrontos no desenvolvimento das suas atividades. Assim os delegados e delegadas de polícia sentem-se diferenciados na comparação com estes profissionais.

A isonomia com a carreira jurídica, perdemos agora por uma questão de... que eu acho que não foi adequada, mas nós estamos tentando recuperar. Eu acho que a função de delegado tem que ser valorizada, porque se... se um dos requisitos é ser bacharel em direito, né? Como é em outras profissões, como advogado de ofício, promotor e juiz, eu acho que ela tem que ser também equiparada também com salário, né? E a questão também da falta de recursos, né? A gente lida muito com a falta de recursos. Eu acho que a polícia precisa de autonomia financeira. (Delegado 11)

Só que o quê que não ajuda muito é salário, né? O salário não é um salário condizente com a nossa função, porque nós temos que ser bacharéis em direito, nós temos que ter o nosso conhecimento jurídico, nós temos que fazer esse curso, esse trabalho que é extremamente importante, né? Extremamente importante. E eu vejo que deveria ser bem estruturado. (Delegado 09)

Eu tô é muito mal remunerado. Eu não tenho condições de trabalho. Eu já não tô conseguindo oferecer para os meus filhos o que eu gostaria e que outras carreiras jurídicas me propiciariam. Então eu penso, inclusive, hoje, daqui há pouco, em dar uma parada, pegar uma licença de interesse que eu tenho direito e estudar e sair. Aí tu vai me perguntar: "Tu vai sair porque tu não gosta?" Não. Eu vou sair frustrado, porque eu vou sair de onde eu gosto. (Delegado 17)

Os conflitos com o Ministério Público não se referem apenas aos níveis de remuneração, esta instituição é bastante criticada, pelos delegados e delegadas. Há uma frustração pelo desfecho de grande parte dos inquéritos processuais, quando ela é encaminhada ao Ministério Público, os delegados e delegadas queixam-se que muitas vezes estes mobilizam grandes esforços pra elaborá-lo e vêem suas expectativas frustradas pela ação do Ministério Público. Culpam o juiz por não expedir mandados de busca e apreensão rapidamente gerando ineficiência no combate a criminalidade.

Essa fragmentação do trabalho constitui para o delegado uma perda de controle do produto do seu trabalho, do seu esforço pessoal como um todo. Nesse sentido, há o desejo impresso nas falas dos entrevistados de uma maior independência de sua função, através de uma menor interferência das instituições políticas e judiciais sobre seu ofício.

Outra instituição que também é personagem de conflito com a Polícia Civil, é a Polícia Militar. Há uma rivalidade histórica existente entre as duas organizações policiais, geradoras de tensões que são manifestas pelas atitudes de seus agentes. Entretanto, os delegados e delegadas de polícia mostram-se abertos à idéia de unificação das polícias civil e militar.

A criminalidade está atingindo altos índices no Brasil. O sistema de segurança pública é diariamente criticado, e as polícias são apontadas como responsáveis pela crise. Para os delegados e delegadas é preciso prestigiar a polícia, melhorando seus vencimentos, permitindo uma maior autonomia, e que a população refaça seus laços de confiança, para assim, garantir a preservação da ordem pública.

Nos últimos anos tornou-se bastante comum à idéia de aproximação entre policiais e comunidade para uma maior eficiência do controle social, para os policiais esta seria uma das soluções possível, pois restabeleceria a confiança e a valorização perdidas.

Nós queremos que a sociedade veja a gente como alguém que ta prestando serviço para o cidadão, ou seja, polícia cidadã. (Delegado 15)

Entre tantas dificuldades da atividade policial os delegados e delegadas da Polícia Civil mostram-se bastante contentes com o seu trabalho e recomendam:

Eu acho que... não, realmente eu acho que ser policial, policial sempre foi uma profissão que sempre foi valorizada. É... risco sempre existe realmente pra polícia, é... a gente muitas vezes se prepara pra situações que não acontecem nada e tem situação de policial morrer entregando uma intimação, né? Então é uma profissão de risco, mas como eu gosto, sempre fui policial, né? Então se quiser seguir a carreira eu dou força, agora tem que dizer é uma profissão difícil, muito difícil. Tem que gostar pra poder encarar. (Delegado 16)

O aspecto da dificuldade mostra-se ainda mais visível quando os delegados e delegadas incentivam a entrada na profissão, salientando os riscos e as dificuldades.

Entretanto ao referir-se aos seus filhos os entrevistados foram bastante enfáticos:

É pra minha filha, eu já disse que eu não quero que ela entre pra Polícia Civil. Eu quero que ela faça lá pro Ministério Público, poder judiciário... que é uma atividade que trás uma... que não corre muito risco, né? O retorno financeiro é três vezes maior que um delegado de polícia, duas ou três vezes maior, e... não... não se expõe muito. [...] A nossa vulnerabilidade é muito grande, né? É uma atividade muito estressante. Então eu não quero isso pra minha filha, né? E também pelo fato também de arriscar muito a vida. Eu to aqui e daqui a pouco eu já tenho que ir pra rua, participar de círculo de operações policiais, e tiroteios e tal. (Delegado 12)

Olha, eu não gostaria que ele fosse delegado de Polícia (risos). Eu gostaria que ele fosse o que ele quiser ser. Se ele quisesse ser delegado de Polícia, tudo bem, mas eu não gostaria que ele fosse delegado de Polícia até porque, quando nós somos pais, é diferente. Então, assim, eu não vou querer meu filho no interior, de repente, no meio de um tiroteio ou uma coisa assim. Então, fica complicado quando tu é pai. Eu gostaria que ele ficasse aqui comigo embaixo da minha asa (risos) sem trabalhar na Polícia usando arma. (Delegado 04)

No decorrer das entrevistas as mulheres detiveram-se mais em teorizar sobre a profissão e interpretar os desvios, analisando o futuro da profissão. As expectativas em relação à profissão vieram a contribuir para os processos de valorização dos delegados, das mulheres inseridas na profissão policial e da Polícia Civil como um todo.

Espero que a carreira policial daqui pra frente quando eu me aposentar ou... ela seja reconhecida, é... porque as pessoas que concorrem a essa carreira é... esta profissão, essa função, ela é composta por... por profissionais dignos, honrados. Que a população pense assim. Como é verdadeiro, se vocês pudessem passar com a gente vinte e quatro horas tenho certeza que mudariam de opinião. (Delegado 01)

[...] temos que avançar muito. A criminalidade tá muito grande, tá aumentando. A Polícia tem que avançar, assim. Nós temos que crescer como instituição. A Polícia tá muito parada, perdeu muita coisa, né? E acredito que, com o incremento da criminalidade, a tendência do pessoal, a questão da parte política e tal, é ver que, tendo uma Polícia forte, tende a diminuir os índices de criminalidade. (Delegado 04)

Reconhecimento, né? Pela importância da carreira de delegado, quer dizer... que seja realmente reconhecido a carreira de delegado que faz parte das carreiras jurídicas, como já foi, né? E um nível salarial compatível com o conhecimento técnico e com o risco de vida, né? Melhorias, melhores condições de trabalho, né? Ou seja, equipamentos... é aquilo que eu digo, a expectativa é que a polícia tenha autonomia financeira, que a polícia tenha a verba dela, como tem o Ministério Público e o Judiciário. Pra gerir, gerir as suas, as suas necessidades materiais e até de pessoal, né? Fazer cursos de... de aprimoramento, de reciclagem de funcionários, né? Então seria, mais ou menos, essas duas coisas: autonomia financeira e que se voltasse, né? A... e que os agentes também tivessem uma melhoria salarial, né? Compatível com... ou seja, o delegado subindo pras carreiras jurídicas, né? E os agentes também dando um salto, se aproximando, né? Do piso salarial do delegado. (Delegado 11)

Quem sabe a chefia da polícia ser chefiada por uma mulher? Quem sabe que bom não vai ser? Já temos aí no pleito uma governadora, quem sabe. Então, não sei. (Delegado 19)

O mundo social se apresenta como um espaço de lutas simbólicas organizado segundo a lógica da diferença (BOURDIEU, 2005). O reconhecimento e valorização das diferenças de gênero dentro da polícia se constituem a partir das habilidades diferenciadas das quais trazem, segundo alguns delegados e delegadas, benefícios para a Polícia Civil.

A atuação policial de uma mulher e a forma como é valorizada por seus pares, instituição e sociedade, repercute sobre outras mulheres. Muitas vezes, em nossa cultura, considera-se que a polícia seja apropriada somente para os homens. Desta forma, as mulheres que ocupam esses espaços precisam desenvolver estratégias que lhes possibilitem superar as restrições e manipular estereótipos tradicionais, ampliando sua atividade profissional.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações e implicações deste estudo, com base no referencial teórico utilizado e nas conclusões extraídas a partir da análise e interpretação dos dados colhidos nos depoimentos dos delegados e delegadas da Polícia Civil, acerca de sua percepção da mulher policial, são retomados neste último capítulo. A relevância deste estudo está centrada nas contribuições que dele podem advir, no sentido de ampliar o entendimento sobre a realidade do trabalho das policiais femininas, tomando-se como ponto inicial as falas desses trabalhadores, ao relatarem suas vivências e sentimentos em relação ao trabalho policial.

Historicamente as mulheres enfrentam dificuldades na vida pública, entretanto as restrições à participação vividas pelas mulheres em alguns âmbitos sociais e políticos não as imobilizaram, mas as despertaram para lutar por uma maior participação. As conquistas recentes da militância feminina buscaram não apenas reformas legais como condições de vida, que permitam às mulheres o efetivo exercício de seus direitos. Contudo, embora o avanço seja crescente, as mulheres ainda estão distantes de um patamar de igualdade, práticas discriminatórias impedem a universalização e extensão dos direitos civis, políticos e sociais às mulheres.

A ativa participação das mulheres na esfera pública implica em mudança na determinação dos papéis e funções sociais estereotipadas para homens e mulheres na sociedade, possibilitando às mulheres constituírem-se em força significativa na tomada de decisões em todas as esferas da vida. O contexto social constrói o conceito de identidade de gênero, no qual semelhanças e diferenças são marcadas entre homens e mulheres para além do aspecto biológico. A construção social de identidade de gênero está, diretamente, relacionada com o processo de socialização dos sujeitos, nesse sentido, cada cultura constrói e determina o que é papel do masculino e do feminino, estabelecendo maneiras de agir e pensar (BOURDIEU, 2005).

Os estudos de gênero em conjunto com os estudos acerca da dominação masculina de Bourdieu contribuíram de forma significativa para essa pesquisa, na medida em que foi possível verificar, a partir da análise das descrições de experiências de delegados e delegadas de polícia, sua percepção acerca da mulher policial. O gênero é uma categoria fundamental, pois delimita a trajetória dos agentes dentro da instituição policial, ele permite percorrer processos de exclusão aos quais as mulheres estiveram e ainda estão submetidas, os quais geram situações de extrema desigualdade (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 2002).

A entrada da mulher no mercado de trabalho foi marcada pela determinação de trabalhos específicos característico das mulheres, ou seja, aqueles que vêm ao encontro dos estereótipos que vinculam a feminilidade à delicadeza, à virtude e ao altruísmo. São trabalhos considerados apropriados ao sexo feminino que valorizam seus atributos “biológicos” e “naturais”, ou seja, significa dizer que essas oportunidades limitaram-se a poucas ocupações, sendo estas próximas ao mundo doméstico (BARROSO, 1982).

Desta forma, a restrição à inserção em trabalhos “inadequados” ou “perigosos”, excluíram as mulheres de tarefas de maior autonomia ou que exigissem tomadas de decisões (BESSE, 1999). A mulher adentrou no mercado de trabalho sem renunciar a seus papéis e qualidades femininas, isto é, o emprego feminino não emancipou a mulher dos seus papéis tradicionais, pelo contrário lhe impôs a dura carga de uma dupla jornada: ser profissional e responsável pelo lar.

As transformações ocorridas no último terço do século XX no sistema educacional e no mercado de trabalho no Brasil, juntamente com a busca crescente por carreiras estáveis, possibilitaram a inserção da mulher em um espaço antes ocupado exclusivamente por homens: a Polícia Civil. O trabalho policial, historicamente, tem sua constituição majoritariamente masculina, segundo Besse (1999) somente em 1940 as mulheres aparecem nas forças armadas, polícia e bombeiros e ainda assim, apresentando números inexpressivos. Hoje, o número de policiais femininas na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, não ultrapassa 30% do seu efetivo.

A Polícia Civil, no sistema processual brasileiro, exerce as atividades de polícia judiciária, é ela que investiga crimes, aponta sua autoria, realiza perícias, prende em flagrante, procede ao inquérito criminal e lavra as ocorrências. Subordinada ao poder público estadual a Polícia Civil é chefiada por delegados de polícia bacharéis em direito. No decorrer do presente trabalho buscou-se contemplar definições acerca do ofício de polícia, bem como analisar as características da cultura policial fundamental para a compreensão dessa profissão.

A pesquisa foi realizada com delegados e delegadas da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, visto que ocupam o cargo mais elevado da instituição, e teve como objetivo geral analisar as estratégias de afirmação de competências e os diferenciais de homens e

mulheres da Polícia Civil, associando a construção de um conhecimento empírico e analítico sobre as condições e as perspectivas de atuação profissional das mulheres na instituição policial civil, levando em consideração que a Polícia Civil é um espaço social predominantemente masculino.

A partir do estudo podemos concluir que, a entrada das mulheres na Polícia Civil representou um avanço em termos de abertura da instituição para um grupo tradicionalmente excluído como das conquistas femininas. Entretanto, a participação feminina não trouxe a eliminação de preconceitos, o que se pode constatar pelos relatos referentes às implicações do trabalho policial, à mulher seria reservado majoritariamente serviços burocráticos, bem como haveria uma negação destas ao uso da arma e o contato com a violência; e também pela ascensão não paritária em todos os postos da carreira.

Esferas sociais que comprometem os papéis masculinos e femininos como a Polícia Civil oferecem ainda mais resistência ao ingresso de mulheres, pois são socialmente incompatíveis com os papéis socialmente construídos às mulheres. Nesse sentido, ser mulher policial mostrou-se ser um desafio, o qual implica transformar um espaço tradicionalmente masculino em um espaço que comporte traços compatíveis com o feminino, já que se trata de adentrar em um espaço estabelecido como masculino, cujos valores são conflitantes: portar uma arma, dar ordens, presidir inquéritos, entre outras coisas, não fazem parte dos traços tidos como femininos.

As restrições sociais para o acesso das mulheres à polícia não são absolutas e puderam ser rompidas. A expansão efetiva da participação das mulheres na polícia é uma conquista crescente e que ainda está em curso. Para uma mulher mostra-se ainda mais difícil a atuação profissional dentro da Polícia Civil, historicamente excluídas deste espaço, suas dificuldades se multiplicam frente ao contexto atual de crise da eficiência do controle

social. As mulheres enfrentam na carreira policial dois preconceitos: um em relação à mulher, vista como inferior, e em relação a ser policial, desvalorizado socialmente.

A Polícia Civil juntamente com a Militar assumem hoje um baixo prestígio social. Muitas das deficiências da Polícia Civil têm sido usadas pra transmitir uma imagem negativa a sociedade, estereotipando os policiais em rótulos de turbulentos, corruptos e insensíveis. Nesse sentido é difícil para um delegado, frente às situações a que estão expostos ao longo da sua atividade profissional sentirem-se efetivamente valorizados.

No decorrer da análise, foi percebido que esses profissionais estão imersos em uma profissão que apresenta precariedades das condições de trabalho de várias ordens, que vão desde a ausência de recursos materiais, recursos humanos, insatisfação com a remuneração e com a falta de autonomia administrativa e gerencial. Essas dificuldades pelas quais passa a Polícia Civil, salientadas pelos entrevistados, são problemas sérios pela qual passa o profissional policial e, conseqüentemente, ajudam a desmotivá-los para o seu ofício. Observa-se que é preciso encontrar meios que tragam soluções pra essas dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área da segurança pública, que vem mostrando-se como um impasse na vida profissional desses indivíduos.

Nesse sentido, um fato singular que surgiu da análise, diz respeito ao comprometimento, por parte dos delegados e delegadas de polícia, com a sua atuação. Esse fato é de suma importância para este estudo, porque é a partir desse compromisso que os profissionais refletiram aquém das relações de gênero e perpassar os vários fatores que interferem no cotidiano de trabalho dos delegados e delegadas de polícia.

Os entrevistados relatam as dificuldades de se estabelecer relações sociais fora do âmbito policial, na medida em que os delegados e delegadas têm suas vidas marcadas pela instituição. O estudo realizado na Polícia Civil demonstrou, que o trabalho executado pelos

delegados de polícia, em razão de suas características peculiares, atinge a vida dos trabalhadores, não só pelas más condições e à organização do seu trabalho, mas expande-se refletindo na vida afetiva e social desses trabalhadores. Assim, os efeitos da relação que se estabelece com o trabalho e com a sua organização não se limitam à esfera do espaço profissional, mas abrangem o cotidiano do policial e sua família também a esfera da vida privada.

Evidenciou-se, ainda, nos relatos, um significativo antagonismo em relação a outras instituições que atuam na área da segurança pública, particularmente o Ministério Público. Há uma competitividade, materializada na luta pela hegemonia do saber profissional dentro de um mesmo espaço de trabalho. Bem como um conflito acerca dos níveis de remuneração não condizentes com as especificidades da sua profissão, que envolvem treinamento orientado e risco de morte.

A análise detectou que os delegados e delegadas de polícia, como um todo, se sentem desvalorizados institucional e socialmente. Como foi relatado na pesquisa os profissionais que atuam na Polícia Civil dão grande valor ao reconhecimento institucional e social que proporcionam a motivação no ambiente de trabalho. Para eles isso precisa ser bem projetado é um estímulo para continuar concretizando suas atividades.

Os delegados e delegadas, ao falarem do seu trabalho, deixam clara a necessidade de obterem esse reconhecimento pelo desempenho de sua atividade, como forma de construção e consolidação de sua imagem, tanto por parte de seus superiores, como pelos pares, e mesmo pela sociedade de uma forma geral. A ausência de motivação para a realização de suas tarefas exige um grande esforço para executá-las, o que aumenta a pressão e o estresse desses indivíduos.

Entretanto os delegados e delegadas de polícia reafirmam sua profissão e demonstram devoção à instituição que produz agentes com visões de mundo bastante semelhantes, ou seja, constroem uma identidade profissional bastante corporativa. A satisfação encontrada por esses profissionais é o sentir-se necessários à sociedade, principalmente quando ressaltam que a atividade para a qual foram requisitados demanda uma certa dose de sacrifício, de empenho pessoal.

Nesse sentido, ressalta-se, que o ambiente de trabalho deve ser um ambiente bastante democrático, pois somente a partir de um bom convívio e um constante diálogo será possível desempenhar a atividade policial com sucesso. Sem dúvida, as atividades exercidas diariamente pelos delegados e delegadas de polícia são desgastantes sob o aspecto funcional, pois trata-se de uma atividade em que a falta de recursos supera a alta competência desses profissionais. E, dessa maneira, conseqüentemente, o profissional sente-se sem ação perante tal realidade.

No que respeita às relações de gênero, as práticas policiais reproduzem a desigualdade e a discriminação social, homens e mulheres não ocupam posições simétricas. Os valores dominantes da cultura policial são masculinos, nesse sentido, as mulheres sofrem algumas limitações ao adentrarem neste espaço. A igualdade de gênero aparece mais em âmbito simbólico do que real. As mulheres pertencem a um grupo em que os homens dominantes são os profissionais (SADEK, 2003), e às mulheres cabem o estigma de inferiores.

As mulheres policiais têm com seu trabalho uma relação muito mais tensa que os policiais homens. Estas mulheres são pressionadas a cotidianamente ter de provar sua competência neste espaço. Entre as pressões do dia-a-dia perpassam a discriminação, o paternalismo e a proteção.

As mulheres apresentam mais dificuldades que os homens para ascender na carreira. Este fato é percebido sob dois planos: primeiro porque a mulher está mais direcionada para as tarefas administrativas, de secretaria e cartorária, o que significa que suas funções estão restritas e para os delegados as promoções são destinadas àqueles que correm mais “riscos”, ou seja, estão na rua, nas atividades de ponta. Em segundo plano, aparecem as conseqüências das mulheres que optaram por conciliar atividades profissionais e vida afetiva/familiar, estas enfrentam, freqüentemente, conflitos, pois as promoções também são prejudicadas na medida em que estas não se dedicam exclusivamente e com mais afinco na atividade policial.

Além dessas, podemos apontar as percepções a respeito de características aliadas aos estereótipos femininos: as capacidades físicas inferiores as dos homens, o falta de familiaridade com a arma e a rejeição “natural” à violência. São percepções que vão ao encontro dos papéis socialmente construídos para e pelas mulheres e que acabam por restringir a percepção acerca das potencialidades de uma policial feminina.

A incorporação de estereótipos masculinos, tais como, a agressividade e violência, mostra-se como uma saída para algumas mulheres policiais. Para estas é aparente a cobrança de que se espera de uma mulher que ela se comporte como um homem, afinal o mundo da polícia é um mundo dos homens. Nesse sentido, assumir características masculinas torna-se uma das formas de manter-se nesse espaço.

Por outro lado, os valores que socialmente são considerados masculinos sofrem um choque com a entrada das mulheres. E, ao mesmo tempo, as mulheres apresentam-se como mais qualificadas em um contexto onde a crise do sistema policial demanda um novo modelo de polícia. Uma polícia voltada para uma maior mediação, diálogo e inteligência. Além disso, as mulheres aparecem como mais interessadas nas relações humanas do

trabalho policial, este aspecto pode ser considerado de forma bastante abrangente, pois se constatou que as mulheres tem maior tendência de interpretar a realidade e os desvios, analisando o futuro da profissão.

A análise revelou, em linhas gerais, que o desgaste causado pelas más condições e organização do trabalho repercute significativamente na vida dos sujeitos estudados. Dessa forma, os entrevistados acreditam que a própria instituição policial poderá organizar o seu trabalho. Para tanto, faz-se necessário que homens e mulheres da polícia Civil estejam unidos, para discutir e trocar conhecimento sobre a atividade policial em si. Por isso, ressalta-se que o ambiente de trabalho policial deve ser um ambiente democrático, capaz de reconhecer as habilidades individuais dos agentes policiais.

Considerando o caráter da pesquisa, aliado à necessidade de delimitar o tema em face de seu grau de abrangência e complexidade, constatou-se, ao longo desta análise, que o assunto oferece uma ampla perspectiva para futuras investigações. O estudo buscou contribuir para os estudos acerca das construções de gênero em espaços socialmente definidos como masculinos ou femininos e visibilizar as experiências e vivências profissionais nessa profissão masculinizada.

Indubitavelmente, dentro da instituição policial muitos conflitos de gênero existem, como foi observado pelos entrevistados, contudo há uma valorização crescente das diferenças e uma abertura de maior espaços para as mulheres. A efetiva participação das mulheres na polícia é uma conquista que demandará muito tempo, mas o processo está em curso. Essa efetiva participação aponta para a possibilidade de surgimento de práticas mais democráticas marcadas pela maior convivência entre os gêneros.

A ampliação da discussão acerca da participação das mulheres na polícia procura indicar diferenciais nesta participação, associando questões tradicionais do

papel social do feminino como responsáveis por este diferencial. As mulheres que exercem profissões tradicionalmente masculinas contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos relativos a participação das mulheres na polícia. As mulheres são co-responsáveis neste processo, por isso podem e devem contribuir para revertê-lo. É o Bourdieu (2005) considera como uma possibilidade de subversão das estruturas de dominação, porém os dominados deverão enfrentar uma tarefa árdua: a de realizar uma revolução simbólica.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. de Paiva (Orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo: ALAST, 1998.

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em < [http:// www.pc.rs.gov.br/acadepol/](http://www.pc.rs.gov.br/acadepol/)> Acesso em: dezembro de 2006.

ADORNO, Sérgio. Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: um recorte temático. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, N.35, março, 1993.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A Sociologia das Profissões: Em torno da Legitimidade de um Objeto. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, N. 36, setembro, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1979.

BARROSO, Carmen. **Mulher, sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BAUER, Martin; GASKELL. **Pesquisa qualitativa com imagem, texto e som: um manual prático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BAYLEY, David. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2001.

BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome. Perspectivas da inovação na polícia. In: BAYLEY, David. **Nova Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2001.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação e ideologia de gênero no Brasil 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BLAY, Eva Alterman. Políticas públicas para superar obstáculos à equidade de gênero. In: CARVALHO, Marie Jane Soares, ROCHA, Cristiane Maria Framer. **Produzindo gênero**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila**. Oeiras: Celta, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1996.

_____; CAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/>> Acesso em: março de 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. Observação sobre a falência dos modelos policiais. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.9, n.1, maio, 1997.

BRETAS, Marcos Luiz. Policiar a cidade republicana. In: **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil**. Rio de Janeiro, n.22, julho, 1985.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce Chaves et al. (orgs.) **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. IN: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; UNBRHAUM, Sandra G. Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A.; UNBRHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Editora 34, 2002.

CALAZANS, Márcia Esteves. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – UFRGS, Programa de pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Porto Alegre, 2003.

CALAZANS, Márcia Esteves. Mulheres no Policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.18, n.1, 2004.

CÁRDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v.9, n.1, maio, 1997.

CÔNSUL, J. C. **Estilo de comando das oficiais da Brigada Militar da região metropolitana de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Administração – UFRGS, Porto Alegre, 1999.

COSTA, Arthur T. M. **Polícia, Controle Social e Democracia**. 2002. Disponível em <<http://www.segurancacidade.org.br/>> Acesso em: outubro, 2005.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FONSECA, Tânia Mara Galli. **Gênero, subjetividade e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões**. 11 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. V.35, N.2, Mar./Abr, 1995.

GONÇALVES, Eliane. Pensando o gênero como categoria de análise. In: **Estudos de gênero**. (Cadernos de Área n.7) Goiânia, 1998.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **O trabalho policial: estudo da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado) – UFRGS, Programa de pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2005.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. **Trabalho policial, violência e masculinidade**. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, 2003.

HAM, Christopher; HILL, Michael. **O processo de elaboração de políticas no estado capitalista moderno**. Campinas: Mc Graw-Hill, 1995.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: Emílio, Marli et. al. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da mulher, 2003.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. In: **Estudos Feministas**. V.2. N.3, 1994.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V.4, N. 10, São Paulo, 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. Democracia: controle social e administração da justiça. In: **Revista OAB**. V. 22. Rio de Janeiro, 1985.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v.9, n.1, maio, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. In: **Revista de Sociologia e Política**. N.13. Curitiba, 1986.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia Marques et.al. **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LENOIR, R. Mulher e policial. IN: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOCHE, Adriana A, FERREIRA, Helder R.S., SOUZA, Luis Antônio F., IZUMINO, Wânia Pasinato. **Sociologia Jurídica: estudos de sociologia, direito e sociedade**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO, Maria Helena (Org.) **Profissões de saúde: uma abordagem sociológica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAUCH, Cláudia. **Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Porto Alegre, UFRGS, 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História.

MENANDRO, Paulo R. Um levantamento dos Fatores Responsáveis pela Violência Policial. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. N.11, 1979.

MEYER, D. E. **Escola, currículo e produção de diferenças e desigualdades de gênero. Cadernos temáticos – gênero, memória e docência**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: segurança pública e polícia civil em São Paulo, 1983 – 1990**. São Paulo: Corag, 1991.

MONET, Jean-Claude. **Polícia e sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Educação**. V. 22, N. 37, Porto Alegre, 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **“Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em <<http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/>> Acesso em: junho de 2006.

MUSUMECI, Leonarda. **As múltiplas faces da violência no Brasil**. 2001. Disponível em <<http://www.cesec.ucam.edu.br/publicacoes/>> Acesso em: outubro, 2005.

NUMMER, Fernanda V. **A experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar**. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Antropologia Social – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2001.

OLABUENAGA, José I. Ruiz, ISPIZUA, Maria Antônia. **La Decodificación de la vida cotidiana. Métodos de investigación qualitativa**. Bilbao: Universidade de Densato, 1989.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: CUT/HUCITEC, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de M.S.. **Escritos indignados : polícia, prisões e política no estado autoritário (no 20. aniversário do regime de exceção, 1964-1984)**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. V.9, N.1, maio. São Paulo, 1997.

PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio/2004). **Participação das mulheres no mercado de trabalho**. Disponível em <[http:// www.ibge.org.br/](http://www.ibge.org.br/)> Acesso em janeiro de 2006.

_____/1988. **Confiança na Polícia**. Disponível em <[http:// www.ibge.org.br/](http://www.ibge.org.br/)> Acesso em setembro de 2006.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em <[http:// www.pnud.org.br/](http://www.pnud.org.br/)> Acesso em maio de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado/Companhia Riograndense de Artes Gráficas.

SADEK, Maria Tereza. **Delegados de Polícia**. Maria Tereza Sadek (Org.). São Paulo: Sumaré, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. V.1, N.1. Porto Alegre, 1995.

SKOLNICK, Jerome. **Justice without Trial: Law Enforcement in Democratic Society**. 1996.

SOARES, Bárbara Musumeci et. al. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SORJ, Bila . O feminismo e os Dilemas da Sociedade Brasileira. In: Cristina Bruschini; Sandra G. Unbehaum. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação e organização policial, consenso e violência. In: **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, V.9, N.1, maio 1997.

TAVARES DOS SANTOS, J. Microfísica da violência, uma questão social mundial. Ciência e cultura. In: **Revista da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. São Paulo, ano 54, N.1, julho de 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A violência como dispositivo de excesso de poder. In: **Sociedade & Estado**. Brasília, UnB, V.10, n.2, jul/dez de 1995.

TORRENTE, Diego. La sociedad policial: poder, trabajo y cultura en una organización local de policía. Madrid: CIS, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. V.1 Brasília: UNB, 2004.

ANEXO

Roteiro de Entrevistas

*Caracterização (Perfil sócio-demográfico):

- cidade, delegacia;
- sexo, idade, cor, naturalidade/mobilidade, estado civil (se casada, profissão marido/esposa), filhos (número).

*A inserção:

- Ano do concurso e ingresso na carreira;
- Motivações para a entrada na Polícia Civil: já tinha pensado em ser delegado? Como esperava que fosse ser um delegado de polícia?
- Preparação para a função: Academia de Polícia. *(como foi a experiência? Realmente o preparou para a função?)*
- O que mais agrada na função de delegado de polícia? E o que menos agrada?

*Escolha da Profissão:

- Profissão desejada antes do concurso e pelos pais ou outros;
- Trajetória ocupacional (ocupações anteriores);
- Trajetória escolar: ano de formação em Direito e instituição. Quando cursou Direito, já pensava em se tornar delegado (a) de polícia?

- Que outra profissão gostaria de ter? Por quê?
- A vida fora da Polícia Civil como local de trabalho: família, amigos, associações, sindicato, clubes, festividades.

*Percepção de Gênero:

- Como percebe as visões de homens e mulheres em relação à carreira: amigos e familiares, outros policiais.
- O que observa sobre as características profissionais de uma mulher policial em relação aos homens policiais.
- Como pensa que deveria ser o desempenho de uma mulher policial?
- Já se sentiu constrangida por ter que compartilhar de um ambiente de trabalho majoritariamente masculino? / Já se sentiu constrangido por ter que compartilhar o ambiente de trabalho com mulheres? Por quê? Em que aspectos?
- Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades de ascensão na carreira (para serem promovidos)
- Há setores específicos para as mulheres na Polícia Civil? E para as delegadas?
- Como é o uso da arma para as mulheres?
- Como é a relação com os outros delegados (as)?
- Como é a relação com os outros policiais masculinos (femininos)?

*Projeto Profissional:

- Considerando a experiência adquirida na profissão, recomendaria alguém a seguir essa carreira, hoje em dia? Inclusive seus filhos?
- Expectativas em relação à carreira.